



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - CARF			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0415/16	DATA: 17/05/2016	
LOCAL: Plenário 7 das Comissões	INÍCIO: 10h00min	TÉRMINO: 12h29min	PÁGINAS: 62
DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO			
MAURO MARCONDES MACHADO - Depoente.			
SUMÁRIO			
Tomada de depoimento do Sr. Mauro Marcondes Machado.			
OBSERVAÇÕES			
Há oradores não identificados em breves intervenções. Houve intervenções ininteligíveis. Houve intervenção inaudível.			



O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar denúncias de fraudes contra a Receita Federal de bancos e grandes empresas, mediante supostos pagamentos de propinas para manipular resultados de julgamentos ocorridos no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais — CARF.

Não havendo ainda quórum regimental, vou pular a segunda fase da pauta e passar para a terceira.

Expediente.

Dou como lido o expediente, tendo em vista a distribuição de resumo sobre as correspondências recebidas na última semana e a publicação desse extrato na página da Comissão.

Destaco que o Sr. Guido Mantega solicitou novo adiamento de sua oitiva, em função de problemas de saúde da sua esposa. A audiência pública com a presença do ex-Ministro ocorrerá no próximo dia 2 de junho, quinta-feira. Não permitiremos mais adiamento.

Nesta próxima quinta-feira, dia 19 de maio, ouviremos os Srs. Eduardo Gonçalves Valadão, Halysson Carvalho e José Ricardo da Silva, que estavam convocados para a semana passada.

A Sra. Cristina Mautoni Marcondes Machado, em função de problemas de saúde, será ouvida no próximo dia 2 de junho. Os mesmos critérios que demos ao ex-Ministro Guido Mantega daremos à Sra. Cristina Mautoni. Não haverá mais prorrogação por parte da Mesa.

Iniciaremos agora audiência pública para oitiva do Sr. Mauro Marcondes Machado. Convido S.Sa. e seu advogado a tomarem assento à mesa. *(Pausa.)*

O Sr. Mauro Marcondes Machado foi convocado por meio dos Requerimentos nºs 30, de 2016, do Deputado Rubens Bueno, 65, de 2016, do Deputado Carlos Sampaio, 90, de 2016, do Deputado Altineu Côrtes, e 101, de 2016, dos Deputados Arnaldo Faria de Sá, Joaquim Passarinho, Izalci e Alexandre Baldy.

Segundo denúncia do Ministério Público Federal, o casal teria atuado juntamente com outras pessoas na corrupção de agentes públicos para edição de medidas provisórias visando à prorrogação de benefícios fiscais do setor automotivo.



O Sr. Mauro Marcondes Machado possui formação em Psicologia Aplicada ao Trabalho e Administração de Empresas, atua junto à indústria automobilística há 56 anos aproximadamente, foi Diretor de Relações Industriais da Volkswagen, foi Vice-Presidente da ANFAVEA — Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores por cerca de 30 anos — dez mandatos consecutivos de 3 anos —, é tido como um dos principais articuladores da quadrilha, segundo o Ministério Público, foi denunciado pelo Ministério Público Federal pelos delitos de organizações criminosas, lavagem de dinheiro e corrupção ativa, foi condenado a 11 anos e 8 meses de prisão por associação criminosa, corrupção ativa e lavagem de dinheiro.

Passo a palavra ao Sr. Mauro Marcondes Machado para suas considerações iniciais.

V.Sa. dispõe de até 20 minutos.

O SR. MAURO MARCONDES MACHADO - Por orientação do meu advogado, permanecerei calado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - O Sr. Mauro Marcondes Machado está com *habeas corpus*, que foi apresentado à Mesa.

Ontem, no programa *Roda Viva*, seu nome foi citado pelo ex-Senador Delcídio do Amaral, que disse que houve uma verdadeira operação de guerra para não levá-lo ao Senado Federal.

O Sr. Mauro Marcondes Machado vai permanecer calado, mas eu passo a palavra aos autores do requerimento.

Com a palavra o Deputado Carlos Sampaio. (*Pausa.*) Ausente.

Com a palavra o Deputado Altineu Côrtes. S.Exa. dispõe de 10 minutos.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Sr. Presidente, o depoente dispõe de *habeas corpus* para ficar calado.

O senhor não vai responder a nenhuma pergunta?

O SR. MAURO MARCONDES MACHADO - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Mesmo não respondendo a nenhuma pergunta, vou fazer uma que o Brasil inteiro gostaria de fazer ao senhor. São tantas, mas esta é a respeito do repasse do pagamento ao filho do ex-Presidente Lula: por que o senhor fez esse pagamento? A título de quê? Disse que foi por uma consultoria, mas a própria Polícia Federal, nos levantamentos, questiona



isso. O Ministério Público também. O senhor acha normal contratar o filho do ex-Presidente Lula, que não tem nada a ver com a atividade que o senhor vinha prestando, e pagar a ele 2 milhões e meio de reais aproximadamente.

O SR. MAURO MARCONDES MACHADO - Eu gostaria muito de responder, mas, por orientação do meu advogado, devo permanecer calado.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Doutor, esta não é uma oportunidade de... *(Riso.)*

Sr. Presidente, infelizmente, esta é uma situação constrangedora para as CPIs. Acho sempre que o depoente perde uma oportunidade, mas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Mas V.Exa. pode fazer a pergunta, mesmo que ele fique calado. Todo o Brasil está nos assistindo. Eu acho que, ao invés de inocentar o depoente, essa tática o incrimina mais — eu não sou advogado. Eu acho que aqui é uma boa tribuna para as pessoas prestarem um grande serviço ao Brasil.

Pelo que vejo, Sr. Marcondes, o senhor tem 80 anos.

O SR. MAURO MARCONDES MACHADO - Isso. Fiz 80 anos agora no final de abril.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Oitenta anos! Pois é, parece que está pagando o pato sozinho: 11 anos de cadeia. O senhor poderia fazer um grande benefício ao País. O nosso maior interesse aqui é melhorar o CARF, para que essas coisas não ocorram. Há desvios de recursos. Acho que o senhor poderia prestar um grande serviço ao Brasil e não carregar sozinho essa culpa. Na verdade, acaba sempre rompendo o elo mais fraco. Os fortes desta República ficam sendo protegidos, e nós não avançamos. Mas é um direito constitucional seu e nós o respeitamos.

Deputado, eu gostaria que V.Exa. usasse seu tempo para fazer todas as perguntas.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Eu vou fazer algumas perguntas, registrá-las, como fiz da outra vez.

Sr. Mauro Marcondes, o senhor está aqui acompanhado de um advogado respeitado, conhecidamente competente. Nós sempre respeitamos a opinião dos advogados. Tive a oportunidade de participar da CPI da PETROBRAS. Acho que



vários depoentes se arrependem de terem ido à CPI da PETROBRAS, terem tido a oportunidade de falar para o País o que poderiam colocar a respeito daquela situação. Hoje muitos estão presos, outros estão condenados, carimbados, e as pessoas que participaram de todo esse esquema estão por aí.

O senhor, com certeza, deve fazer uma autocrítica, imagino eu, e deve estar arrependido de ter se envolvido numa situação como esta. Mas eu gostaria de perguntar ao senhor da sua relação com o Presidente Lula. O senhor esteve com o Presidente Lula pessoalmente no Palácio do Planalto para tratar do assunto das medidas provisórias?

O SR. MAURO MARCONDES MACHADO - Eu peço desculpas ao senhor, mas eu tenho que atender ao pedido do meu advogado. Realmente, eu me sinto constrangido também.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Eu vou registrar as perguntas. Eu não quero, pela sua idade, desrespeitá-lo, mas quero registrar as perguntas.

Como um jovem, como o filho do Presidente Lula, entra nesse contexto? Ele, em São Paulo, trabalhando no Corinthians, com esporte, e o senhor tratando de medida provisória. Como isso se cruza? Como o senhor achou um consultor, nesse mercado, tão distante da sua atividade? *(Pausa.)*

O senhor sabe que tem que tomar cuidado nas CPIs, porque, às vezes, o depoente não fala, mas a expressão facial fala. Sua expressão facial já respondeu. Aliás, dizem os chineses que existem várias maneiras de se expressar, e não só através de palavras.

Então, é uma pergunta que eu gostaria de saber. Como o Presidente, que tem anos de experiência — muito mais do eu, que estou aprendendo —, disse aqui, o senhor vai levar todo esse carimbo? É justo isso? É justo com sua família?

Mas eu queria que o senhor respondesse a esta pergunta: como o senhor foi achar esse jovem para lhe prestar consultoria? O senhor precisa de uma consultoria dessas? *(Riso.)* Com todo respeito, com todo cabelo branco que tem, vivência, experiência, relações, o senhor precisa de uma consultoria dessas? *(Pausa.)*

Responde, doutor! Responde!

O advogado, a quem já fiz elogios sinceros — conhecemos o meio jurídico —, é um homem muito considerado, ou não estaria defendendo quem defende, não



seria contratado. Mas, doutor, tem coisas que é o cliente que tem que tomar a decisão, não o advogado. Não vai lhe fazer diferença.

O SR. MAURO MARCONDES MACHADO - Me desculpe.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Quase, hein?!

O SR. MAURO MARCONDES MACHADO - O senhor é convincente, mas...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Bati na trave. Eu acho que farei mais uma tentativa.

Sr. Marcondes, não quero aqui estar comparando, obviamente. Mas tivemos casos aqui, inclusive em CPIs — não é o caso do senhor, porque cada caso é um caso. Por exemplo, o Sr. Renato Duque, se viesse à CPI, acho que teria dúvida se naquele dia na CPI ficaria calado como ficou, e hoje acontecer o que está acontecendo com ele.

O próprio Ministro José Dirceu, cliente do seu advogado, participou dos assuntos de que participou, que também não têm a ver com este assunto, mas, sinceramente, acho injusto ele estar onde está, calado, sem dizer tudo que sabe.

Também tem agora o Senador Delcídio do Amaral, que foi Líder do Governo. Líder do Governo é uma pessoa de confiança. Depois do que aconteceu, ele não vale nada.

O senhor, com toda sua vivência em Brasília, passar por uma situação desta... Aliás, o senhor teve essa condenação — na realidade já está passando por ela —, e vai recorrer, obviamente, dentro do seu direito. Então, por que o senhor não fala e esclarece ao Brasil?

Eu tenho certeza de que vai dar um alívio ao seu coração gigantesco o senhor dizer — desculpe-me as palavras —: olha, aconteceu isto, isto e isto. Eu já estou pagando pelo meu erro, ou já estou sendo punido e estou me defendendo, ou não errei e estou me defendendo. Mas neste caso aconteceu isto, isto e isto. Já imaginou o alívio que vai ter ao dizer: fui pressionado, fui isto, fui aquilo; as coisas no Brasil estavam funcionando desta forma.

Faço uma pergunta ao senhor: quantas vezes o senhor esteve no Palácio do Planalto com o Sr. Gilberto Carvalho, na sala dele?



O SR. MAURO MARCONDES MACHADO - Eu admiro o seu esforço e respeito muito as suas perguntas inteligentes, mas me desculpe, eu contratei um advogado para isso, eu tenho que atendê-lo.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Mas as minhas perguntas são tão simples!

Outro assunto, Sr. Presidente.

Qual seria o objeto da consultoria prestada pela LFT Marketing, aquela que coloquei para o senhor, do filho do Presidente Lula, Luís Cláudio Lula da Silva? O senhor não precisa dessa consultoria. Está na cara que não precisa dessa consultoria. Se um homem como o senhor precisasse de uma consultoria desta, não teria tido a trajetória que teve. Que fim levou o projeto dessa consultoria? Em que isso ajudou o senhor? *(Pausa.)*

O senhor, em depoimento à Polícia Federal, admitiu que o valor pago à LFT era absurdo. Por que o senhor pagou esse valor?

O SR. MAURO MARCONDES MACHADO - Mais uma vez me desculpe.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Presidente...

Qual é a sua relação com o Roberto Teixeira? Qual é a sua relação com Roberto Teixeira?

O SR. MAURO MARCONDES MACHADO - Infelizmente vou permanecer calado. Desculpe-me.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Qual é a sua relação com Paulo Okamoto?

O SR. MAURO MARCONDES MACHADO - Permanecerei calado.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O senhor teve encontros com o Sr. Giles Azevedo no Palácio do Planalto?

O SR. MAURO MARCONDES MACHADO - Permanecerei calado.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Presidente, tenho várias outras perguntas aqui. Eu vou registrar as outras perguntas.

Quero agradecer ao senhor e dizer que coloquei o senhor em dúvida aqui hoje. O senhor está perdendo uma oportunidade. Um homem que tem a experiência do senhor, para o senhor pensar em falar, eu digo ao senhor, até o fim da fala dos nobres colegas, siga sua intuição. Com todo o respeito ao nobre advogado, siga sua



intuição. O senhor não vai ter outra oportunidade de falar para o Brasil isso. Dê essa declaração pela sua família, eu imagino que pelos seus filhos, pelos seus netos, por sua família. O senhor vai tirar isso do seu coração. Tanta coisa está acontecendo no Brasil! Houve o *impeachment* da Presidente! O senhor não pode dizer hoje aqui que o filho do Presidente Lula lhe cobrou isso em função disso, disso e disso, que aconteceu assim, assim e assado? Imagine o alívio que o senhor vai ter no seu coração! O senhor já está passando por isso! Pense nisso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Obrigado, Deputado.

Deputado Arnaldo Faria de Sá. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado José Carlos Aleluia. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Joaquim Passarinho, V.Exa. dispõe de 10 minutos.

O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - Sr. Presidente, senhores membros desta CPI, Sr. Mauro Marcondes Machado, primeiro quero dizer que nós não podemos fazer outra coisa a não ser respeitar a decisão de V.Sa. de permanecer calado, uma decisão sua e que constitucionalmente lhe é permitida.

Eu, assim como o Deputado Altineu, fico um pouco constrangido porque V.Exa. tem quase a idade do meu pai. Meu pai tem 85 anos de idade, e ontem estive com ele antes de vir para cá. Fica esse constrangimento, Sr. Mauro, porque tentamos fazer a coisa acontecer e, infelizmente, no Brasil, às vezes pagam o pato aqueles que não precisariam pagar. Por terem algum tipo de capacidade de absorver, conseguem absorver, deixando realmente os culpados sem responder por isso.

Este País está mudando, Sr. Mauro. Ninguém acreditava que uma Presidente caísse neste ano como caiu. Ninguém acreditava que Ministros estariam atrás das grades, como já estão. A grande maioria dos empresários que resolveram colaborar com a Justiça está nas suas casas, até com tornozeleira, mas está nas suas casas. Aqueles que não o fizeram, como Marcelo Odebrecht... Quem pensava que o Marcelo Odebrecht, todo poderoso, pudesse ficar na cadeia 1 ano? E está, porque não quis colaborar.

Como foi dito, e vou repetir porque é nossa obrigação, esta é uma grande oportunidade — se V.Sa. foi apenas um elo disso e, no meio do jogo, teve que



participar, senão estaria fora do jogo — de dizer como era esse jogo. Nós precisamos passar este País a limpo.

Eu tenho duas filhas, não sei se V.Sa. tem filhos também. Deve ter filhos, deve ter netos. Eu vou dizer que não sei como V.Sa. ao chegar a casa agora — isso está sendo televisionado para o Brasil todo — vai olhar para a cara de filhos e netos e dizer que o senhor é responsável por um pedaço ou não do desvio de todo esse recurso que foi feito. Quando é um desvio feito do Tesouro... Porque o dinheiro, Sr. Mauro, que sai do Tesouro deixa de ir lá para o meu Estado do Pará, deixa de chegar a um posto de saúde que não tem vacina para dar, deixa de chegar para uma máquina de hemodiálise — estão morrendo pessoas no sul do Pará porque nós não temos como fazer —, deixa de chegar, Sr. Mauro, a crianças que não têm merenda. Então, nós não estamos lesando, nesse conluio que foi feito junto ao CARF, não houve lesão ao CARF ou à Receita Federal, foram lesadas pessoas que V.Sa. vê quando chega a um sinal de trânsito, como uma criança pedindo, por exemplo, se V.Exa. não estivesse nesse bolo, talvez aquela criança tivesse uma oportunidade de ser alguém na vida.

Então, nós vemos milhões e milhões sendo desviados e, às vezes, as pessoas desviam dizendo: “*Não, nós burlamos a Receita!*” Nós não burlamos a Receita, Sr. Mauro, nós burlamos as crianças, os idosos, os enfermos. Esse dinheiro não é do Governo, o Governo não é dono de dinheiro, o Governo administra esse dinheiro, e mal.

Nós precisamos que esses recursos cheguem à ponta. Eu não sei em que bairro o senhor mora, mas eu moro num Estado pobre, eu transito em Marajó, que possui o pior IDH do Brasil, onde as pessoas ainda tiram água, Sr. Mauro, de poço contaminado. Nós precisamos de recursos para melhorar as condições de vida desses seres humanos que necessitam e confiam nas pessoas que estão no Governo, que dão o seu voto com a esperança de melhores condições de vida.

Nós viemos aqui sabendo que o senhor já vinha com essa decisão, para tentar sensibilizá-lo para que, no pouco que possa existir dentro do coração de cada um — pela sua idade, com certeza, existe, quando olha para filhos e netos —, nós possamos tornar o Brasil um país melhor.



Eu duvido, Sr. Mauro, que o senhor não queira que seus filhos e netos não precisem passar pelo que o senhor está passando. Eu duvido que os seus parentes não fiquem com vergonha de vê-lo sentado agora aí. E, talvez, não precisasse estar aí, porque o senhor talvez seja apenas um pequeno elo disso.

Em outra oportunidade, já foi perguntado, e o senhor poderia muito bem esclarecer, sobre o caso do filho do Presidente Lula. O que foi dito aqui pela investigação é que ele havia sido contratado para fazer uma consultoria de um centro de convenções no interior de São Paulo, e o cara, dizem, é especialista em esportes. O que uma coisa tem a ver com a outra? Falaram até em futebol americano! Vão fazer futebol americano em centro de convenções?

E o que o senhor tem a ver com isso se o senhor trabalha com área automotiva? Como o senhor entrou nisso? O senhor foi pressionado para isso? Nós achamos que sim, mas só o senhor pode esclarecer. Então, não é esclarecer, Sr. Mauro, é este fato em si. O que nós pedimos ao senhor é que o senhor possa ajudar o Brasil, que o senhor possa ajudar os seus filhos, os seus netos, as pessoas que ainda o respeitam, para que elas digam: *“O meu pai, o meu avô ajudou a passar este País a limpo”*.

Então, nós precisamos de pessoas de caráter que possam, neste momento, dizer: *“Eu vou passar por cima, porque nós fizemos uma coisa errada e nós precisamos ajudar o País”*. Eu preciso, Sr. Mauro, deixar um país melhor para as minhas filhas, por isso eu estou aqui, mesmo sabendo que o senhor vai ficar calado.

Eu tenho isto: eu chego à minha casa, deito a minha cabeça no travesseiro, olho para as minhas filhas e digo: *“Eu fiz o que eu tinha a fazer”*. Então, seria uma boa oportunidade para o senhor convencer o seu advogado — eu sei da orientação e respeito; não sou advogado, sou arquiteto. Mas acho que nós precisamos, com os exemplos que estão aí inclusive, com os exemplos que estão aí...

Como disse o Deputado Altineu Côrtes, muitas das pessoas que passaram por aqui talvez estejam arrependidas por não terem aproveitado as CPIs para pelo menos deixar que apenas o que lhes cabe lhes seja imputado. Muita coisa que lhe é imputada, eu não sei se não lhe cabe; agora, se o senhor ficar calado, o senhor está absorvendo coisas dos outros.



E volto a fazer este apelo para aproveitarmos este momento para dizer: *“Eu sou brasileiro, eu fiz a minha parte, eu estou ajudando a passar o País a limpo, eu estou contribuindo para que não ocorra mais isso no CARF”*. Eu estou ajudando pessoas como a minha filha, formada em Direito este ano, que pegou a carteira da Ordem na semana passada. Ela ainda acredita neste País, e nós precisamos fazer com que este País realmente siga em frente, Sr. Mauro.

Se o senhor puder nos ajudar, vai colaborar muito com isso. Se não, infelizmente, o senhor vai para o lugar aonde todos estão indo, lá para Curitiba ou sei lá para onde, e vai pagar esse preço, calado, enterrando essa perspectiva. Talvez, mesmo que o senhor fique calado, nós cheguemos lá, e vai ser pior, porque nós vamos saber de tudo, o País acaba sabendo de tudo, e V.Sa. vai apodrecer lá porque resolveu ficar calado.

Então, pela sua idade, em respeito à sua pessoa, em respeito aos seus familiares, pense e fale o que senhor deve fazer, porque o senhor estará ajudando o País e, principalmente, as pessoas carentes deste País a terem uma oportunidade de vida, que o senhor teve, mas que eles não estão tendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Obrigado, Deputado.

Uma coisa que nós temos que registrar é que nós temos que trabalhar na possibilidade de registrar a atividade do *lobby*. O depoimento de um cidadão profissional, de 56 anos, à frente da ANFAVEA, ele sabe que ele trabalhou como lobista, mas, infelizmente, não é regularizado, e nós temos a oportunidade aqui de, quem sabe, propor leis para regularizar isso. E, mais do que isso...

O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - O *lobby* não precisa ser desonesto, o *lobby* pode ser uma coisa honesta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Exatamente, nós precisamos regularizá-lo.

Outra coisa importante que nós vemos é o seguinte: nós precisamos criar mecanismos que protejam também os empresários para que esses empresários no futuro tenham a coragem de montar sua empresa sem se sentir achacados por governos sejam eles quais forem, ou os funcionários públicos que forem.

Essa é a grande proposta da CPI, por conta até do fato de que essas investigações estão sendo feitas pelo Ministério Público, pela Polícia Federal, que



são muito mais capacitados e organizados para, num inquérito, chegar a resultado. O nosso papel maior seria ouvir essas pessoas envolvidas, até para que nós possamos propor.

Mas vou passar a palavra, rapidamente, ao Deputado Altineu Côrtes, e depois ao Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Rapidamente, Sr. Presidente, faço só uma sugestão a V.Exa. Se pudesse...

O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - Sr. Presidente, eu terminei de falar, e ele não disse se ia falar alguma coisa. Só queria que ele dissesse, pelo menos, se, depois da minha fala, ele vai amolecer o coração, pelo menos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Então, vamos deixar.

Por favor, Sr. Marcondes.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Só uma sugestão, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Deixe-o responder ao Deputado Joaquim Passarinho.

O SR. MAURO MARCONDES MACHADO - Com todo o respeito a V.Exa., eu agradeço algumas palavras de confiança que o senhor me deu no meio do seu pronunciamento, mas eu tenho que acatar a recomendação do meu advogado. Eu peço desculpa a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Eu quero sugerir ao senhor que converse com o seu advogado. Se nós pudéssemos fechar a sessão, tirar a imprensa, ficariam só os Deputados, e o senhor não teria prejuízo ao processo a que o senhor está respondendo, ao curso do processo a que o senhor está respondendo, se o senhor esclarecesse aqui as coisas, numa sessão absolutamente fechada — se o Presidente e os Deputados concordarem. E o senhor até estaria poupando a esposa do senhor, que vai vir aqui e vai ser alvo também de muitos questionamentos. Eu acho que não teria nenhum prejuízo no processo a que o senhor responde se o senhor esclarecesse as situações que o senhor considerar possíveis numa sessão fechada. O senhor vai perder essa oportunidade. Muitos passaram por aqui, e hoje não podem falar. Eu acho que o senhor devia conversar sobre isso. O senhor tem vontade de falar?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Faço a pergunta ao depoente. O senhor aceitaria uma sessão reservada?

O SR. MAURO MARCONDES MACHADO - Eu preciso conversar com o meu advogado a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Então, o senhor converse, enquanto nós vamos passar a palavra para o Deputado Izalci.

V.Exa. dispõe de 10 minutos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Às vezes ele resolve antes, o advogado libera.

(Não identificado) - Sr. Presidente, não há necessidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Não há necessidade. Muito bem.

Com a palavra o Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, eu vou nessa linha de construção — não vou falar nada que possa comprometê-lo —, de melhorar de fato a legislação e que nós possamos dar uma solução para essas questões. Eu sou contador, sou consultor, poderia estar no lugar de V.Sa. É muito simples, porque é normal no Brasil. No Brasil, hoje, tudo é QI: quem indica.

Se eu tivesse um amigo Presidente da República e fosse representante de uma entidade, como V.Sa. foi, eu não hesitaria em buscar resolver os problemas com o meu amigo Presidente da República, ou com quem quer que fosse, um Ministro. Eu acho que não há nenhuma dificuldade. O problema é a contrapartida que exigiram. Eu acho que V.Sa. não tem culpa nenhuma, fez a obrigação, como representante do setor automobilístico. V.Sa. foi vice-presidente do órgão representativo. Então, fez tudo o que devia fazer, o que eu também faria.

Agora, dentro dessa linha, primeiro, Sr. Presidente, eu acho que nós vamos ter que mudar a legislação, nós vamos ter que ter aqui também na CPI uma certa delação premiada de alguma coisa, porque, senão, ninguém vai falar aqui mesmo. Para quê? Se o Judiciário tem essa prerrogativa de delação, e a CPI não tem nada, não vai falar nada sempre. Agora, de fato, eu vou nessa linha da regulamentação da profissão de lobista, que é uma profissão reconhecida no mundo todo. Nos Estados Unidos, isso é regulamentado, é normal a profissão de lobista. É o que estou dizendo. Eu sou, inclusive, da área tributária. Poderia estar fazendo *lobby* também



no CARF, como muitos fazem; trabalhei muito na questão tributária, legislação, oferecendo para o cliente um planejamento tributário. Tudo isso é normal fazer. Agora, de fato, muitos escritórios utilizavam o conhecimento, o *lobby* de forma irregular para ter vantagens.

Nessa linha, eu não vou fazer nada, pergunta nenhuma que possa comprometê-lo, mas V.Sa. disse, uma vez, e eu quero reforçar aqui: *“Não tenho envolvimento político. Como eu seria capaz de induzir Deputados e Senadores? Quem sou eu para vender uma medida provisória? Está aqui, custa tanto. É isso que me deixa revoltado. A denúncia sequer atentou para como funciona o processo legislativo”*. V.Sa. que falou isso, não foi isso?

E é verdade. Na prática, quem seria o Sr. Mauro para convencer os Deputados e Senadores aprovar uma medida provisória!

Mas, Sr. Mauro, eu participei da CPI do Cachoeira, e naquela CPI um empresário disse que antigamente alguns setores investiam nas campanhas de Deputados e Senadores — investiam na campanha de 10, 20, 30 Deputados, para depois evidentemente os Deputados ajudarem o segmento —, mas ele disse na CPI que era muito mais fácil, depois do Governo Lula, do Governo de 2003 para cá. Ele disse que passou a não a financiar mais nenhuma campanha de Deputado e de Senador, porque era muito mais fácil chegar ao Ministério e financiar Ministro, ou o Secretário-Executivo, ou alguém do Executivo, porque nesta Casa só se vota medida provisória. Mudou um pouco agora, mas, nas legislaturas passadas, 90% do que votávamos eram medidas provisórias. Então, fica muito mais barato — foi dito pelo empresário — ir lá e comprar uma medida provisória.

Aqui o Governo tinha 400 Deputados, da base. Então, chega uma medida provisória do Governo e não tem que convencer nenhum Deputado, não. Muitos Deputados aqui votam em função da determinação da Liderança do partido. Se vem uma orientação do Gabinete da Casa Civil para votar a medida provisória, o Líder aqui encaminha e pronto, e vota sem nenhuma dificuldade. Não tem que convencer Deputado nenhum.

Nessa linha, nós precisamos melhorar a legislação.

Sobre essa questão do *lobby*, o que o senhor acha que nós temos que mudar? Realmente, o Brasil é assim, não tem jeito. E acho que, quando V.Sa.



procurou o Presidente... V.Sa. conheceu o Lula em 1970, quando V.Sa. era da Volkswagen e era metalúrgico, não é isso? Então, era amigo antigo. É natural procurar o Presidente, procurar até mesmo o filho do Presidente. Se eu não conhecesse o Presidente, mas fosse amigo de infância, ou amigo do filho do Presidente e tivesse um assunto para resolver, por exemplo, da área de educação, não hesitaria em nenhum momento em falar com o filho do Presidente e dizer que precisava resolver determinado problema. Provavelmente, ele levaria ao pai dele e nós conversaríamos sobre o assunto. O problema não é esse. Isso aí eu acho que é normal, e nós queremos regulamentar a profissão em cima disso. O problema é lá, as pessoas utilizarem isso e quererem cobrar propina em função desse negócio.

V.Sa. deve conhecer, inclusive, a legislação. V.Sa. foi representante da ANFAVEA. V.Sa. conhece essa legislação dos Estados Unidos, por exemplo, do lobista? Qual é a sugestão de V.Sa. para a CPI? Nós vamos ter que fazer um relatório não só de acusação, nós queremos também sugerir a mudança na legislação. V.Sa. teria alguma contribuição para nos ajudar nessa questão de mudar, regulamentar a profissão ou fazer alguma coisa para evitar esse tipo de coisa, ou não? Eu acho que isso não tem nenhum comprometimento.

O SR. MAURO MARCONDES MACHADO - Eu agradeço o respeito com que o senhor está me tratando, e quero dizer que infelizmente eu não vou poder responder. Eu poderia muito ajudar nisso, mas eu acho que não é o momento oportuno.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas isso compromete? Teria condições de V.Sa. nos encaminhar algumas sugestões?

O SR. MAURO MARCONDES MACHADO - Eventualmente, a gente faz.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu fui presidente de sindicato também, e nós fazemos isso até para... é o nosso papel: o sindicato dos trabalhadores defende os trabalhadores, o sindicato dos empresários defende o setor. É obrigação do Presidente. V.Sa., acredito, quando Presidente da ANFAVEA, deve ter feito muita coisa em favor do segmento. Então eu não vejo... eu acho que V.Sa. está pagando o pato sozinho nisso aí, porque V.Sa. fez o que tinha que fazer mesmo, como representante do segmento. V.Sa. até disse, com relação à Scania, que não a abandonaria naquela situação difícil, porque V.Sa. conhecia, na época, os Ministros.



Está correto. V.Sa. teria condições de ajudar a empresa. Então, não seria o caso de sair do sindicato ou da Scania, naquele momento em que V.Exa. poderia contribuir. Eu ouvi essas declarações. Então, eu acho que V.Sa. fez o que tem que fazer. Agora, eu acho que V.Sa. está pagando um pato que não é seu. Eu acho que a responsabilidade... V.Sa. foi condenado, inclusive, agora. Eu, particularmente, acho que há algum equívoco nisso. V.Sa. apenas sofreu, do outro lado, uma pressão para que os empresários... Porque todo mundo acha que empresário tem que pagar essas coisas. Então, eu acho que V.Sa. foi induzido, por esse mecanismo que foi implantado no Brasil, a contribuir mesmo, contribuir da forma como foi feito, agora, na PETROBRAS, e tudo o mais.

V.Sa. não pode falar nada sobre isso, mesmo que não o comprometa, nada?

O SR. MAURO MARCONDES MACHADO - Eu acho que, com a concordância do meu advogado de poder fazer alguma coisa para colaborar, no sentido do *lobby*, eu vou fazer. Prometo que farei no momento oportuno. Eu considero que este não é o momento oportuno. Nós estamos discutindo aqui o Zelotes. Então, eu farei uma colaboração aos senhores...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Só uma perguntinha, então, porque acho que isso não vai comprometê-lo. E acho que é normal também. Eu, como Presidente de Sindicato; V.Sa., da ANFAVEA, é evidente que, quando encaminham uma medida provisória, um pedido para o Governo de um projeto de lei, normalmente as instituições já encaminham com a justificativa, porque quem conhece tecnicamente são os técnicos. E V.Sa., então, num determinado momento, disse que contratou um economista, provavelmente para fazer a justificativa do projeto, ou até para fazer o projeto, e ele era ligado ao Partido dos Trabalhadores, ele tinha mais credibilidade com o Governo. Poderia dizer, pelo menos, quem é esse economista? Só o nome do economista.

O SR. MAURO MARCONDES MACHADO - Me desculpe, senhor. Eu vou ter que atender meu advogado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Essas coisas não o comprometem. Eu acho que não tem nada a ver. Eu tenho que respeitar, realmente, o direito. Agora, o que a legislação diz, a Constituição, é garantir que ele fique calado naquilo que possa



prejudicá-lo. Mas acho que isso aqui não prejudica em nada, essa questão do *lobby* e tal.

(Não identificado) - Na nossa avaliação, isso faz parte da...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Pois é, mas não falar nada, acho que fica até ruim. Eu vou perguntar uma coisa, então... Quer responder o nome do economista?

O SR. MAURO MARCONDES MACHADO - Está nos autos o nome dele, eu já declarei.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Então pode dizer, já que é público. Qual é a dificuldade de o senhor dizer?

Eu vou perguntar a V.Sa. uma coisa simples também. V.Sa. foi ameaçado, não digo de morte, mas houve ameaça do Sr. Halysson Carvalho. O senhor sofreu ameaça? Pode balançar a cabeça, não precisa dizer...

Sim ou não. Não precisa falar. Pode fazer só assim ou assim, já ajuda. Sofreu ameaça? Por quê? Ele não cumpriu a parte dele, é isso? Aliás, ele queria cobrar de V.Sa. e... V.Sa. devia alguma coisa pra ele, para sofrer essa ameaça? Pode fazer com a cabeça, sim ou não. O senhor devia alguma coisa a ele?

O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - Só não pode falar; se mexer, pode.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O advogado o proibiu de falar, mas de mexer com a cabeça, não. *(Risos.)*

O SR. MAURO MARCONDES MACHADO - Me desculpe, Excelência. Me desculpe.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Bem, mas que conhecia desde... V.Sa. trabalhou na Volkswagen desde 1970, não é isso?

O SR. MAURO MARCONDES MACHADO - Sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI - E conhecia Lula desde aquela época? Nas negociações coletivas, foi isso, na época das negociações?

O SR. MAURO MARCONDES MACHADO - Estou impedido de responder ao senhor, me desculpe.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Tentei, Sr. Presidente. Na próxima, tem que mudar o advogado, porque realmente está difícil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Obrigado, Deputado.



Com palavra o Deputado Alexandre Baldy. (*Pausa.*) Ausente.

Com a palavra o Deputado Hildo Rocha. S.Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Obrigado, Sr. Presidente, Deputado Pedro Fernandes. Nós pudemos perceber que o Sr. Mauro Marcondes, orientado pelo seu advogado, não vai querer falar. Talvez ele busque recursos na Justiça, para que seja atenuada a pena que ele recebeu — uma pena, se eu não me engano, de 9 anos, 11 anos. Ele já foi condenado, pelo Juiz Vallisney de Souza, da 10ª Vara da Justiça Federal, ou seja, ele já não é mais réu, ele já é condenado. Então, ele está aqui na condição já de condenado. É lógico que a Constituição Federal protege todos nós brasileiros. Mas aqui, Srs. Deputados, a televisão neste momento transmite esta reunião para o Brasil todo, e não sabem o que é o CARF. Não sabem distinguir, entre as empresas de automóveis que o senhor representou, da ANFAVEA, que estão dentro da ANFAVEA, eles não sabem quais são as empresas de automóveis que são corretas com o povo brasileiro, as empresas que pagam corretamente seus tributos. São esses tributos que as empresas pagam, que o povo, na verdade, paga: quando se vende um automóvel de 60 mil reais, estão embutidos o IPI, o PIS, a COFINS — eles recolhem todos os tributos. Mas ele já recebeu esse dinheiro do cidadão. Ele tem que repassá-lo aos cofres da União. Esse dinheiro é que vai fazer com que as políticas públicas do nosso País, como educação, saúde, infraestrutura, sejam exercidas. Nosso País necessita de melhor infraestrutura tanto nos portos, como nas estradas.

O dinheiro que hoje falta em nosso País para bancar esses serviços e essas obras é desviado. Desviado como? Pelo não pagamento e pela sonegação, que o senhor, infelizmente, representando o setor automobilístico, um setor importante do Brasil, promoveu.

Seria bom que o senhor dissesse quais são as empresas corretas, porque nós já sabemos que não vale a pena o brasileiro comprar um carro da Mitsubishi do Brasil. Por quê? Porque é a maior sonegadora entre todas as indústrias de automóvel que há no nosso País.

O senhor, em conluio com ela, deu dinheiro para o ex-Presidente Lula, através do filho dele. Está provado aqui: a LFT Marketing. Só de uma vez, o senhor deu 2,5 milhões. Fora o que nós não sabemos que o senhor deu para que medidas



provisórias fossem aprovadas nesta Casa, usando a benevolência e a inocência de Deputados que aqui representam o povo brasileiro.

Aqui está dito por Gilberto Carvalho. O próprio Gilberto Carvalho disse em depoimento que o senhor o procurou para fazer isto aqui. Está dito aqui! É o depoimento de Gilberto Carvalho. O senhor esteve com ele no Palácio. Só de uma vez, o senhor desviou 70 milhões de reais, só no primeiro momento.

Em relação ao desvio constatado pelo Ministério Público Federal, que tem feito um bom trabalho com a Polícia Federal na Operação Zelotes, já está comprovado que 19,5 bilhões em tributos foram sonegados pelas indústrias automobilísticas, que o senhor representa.

O senhor vem aqui logicamente orientado pelo seu advogado. O senhor poderia fazer um favor a essas indústrias que o bancaram a vida toda. O senhor tem uma filha de 14 anos. O senhor deveria mostrar a ela e aos amigos dela que existem empresas automobilísticas mal-intencionadas no Brasil, mas existem também boas empresas. O senhor deveria mostrar que empresas mal-intencionadas, como a Mitsubishi do Brasil, estão erradas e, por isso, devem pagar pelos seus erros. Mas nós temos que levar em consideração que outras empresas não cometeram e não cometem esse tipo de delito. Elas cumprem rigorosamente a nossa legislação. O senhor deveria fazer um grande favor a este País e contar tudo o que sabe.

Nós temos certeza de que o senhor sabe muito. Tenho certeza de que a Justiça não irá poupar o senhor, a não ser que o senhor fale o que sabe.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Cury. S.Exa. dispõe de 5 minutos. Em seguida, terá a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY - Bom dia, Sr. Presidente, Sr. Relator João Carlos Bacelar, nosso convocado e demais colegas.

Eu fico um pouco na dúvida se deveria ou não vir a esta reunião. Eu acho que é um dilema para todos nós, uma vez que quase tínhamos a certeza de que haveria mais uma pessoa envolvida neste escândalo que não iria falar, com base no seu papel constitucional.



Fico em dúvida se devo vir ou não. Mas eu também tenho uma obrigação constitucional, uma obrigação com meus colegas e uma obrigação com meus eleitores. Assim, eu venho e cumpro meu papel, mas com o estômago um pouco virado. Porém, eu venho cumprir meu papel.

Peço licença aos meus colegas para voltar a dizer o que já disse a outros envolvidos neste escândalo. Eu posso parecer repetitivo, mas é meu dever fazê-lo.

Na mesma linha dos colegas que me antecederam, com os quais concordo, com todos, e na linha do que afirmou meu colega Joaquim Passarinho, tenho o mesmo diagnóstico do que vai acontecer, mas faço questão de ressaltar. Para quê? Para ficar registrado. Um dia, o senhor vai voltar a olhar um pouco para o que aconteceu neste momento da história da sua vida, e seus familiares vão ter acesso a tudo isso.

Hoje a tecnologia nos permite fazer este registro em vídeo. Eu faço questão de registrá-lo. O senhor está cometendo um equívoco. O Brasil está mudando, não tão rápido como gostaríamos, mas está mudando. Pelos motivos e dados citados por colegas aqui anteriormente, hoje pessoas inatingíveis estão na cadeia; outras, que são julgadas, irão para a cadeia; e o senhor está cometendo um equívoco porque, nesta transformação, os que procuraram colaborar serão menos penalizados não só pela delação premiada, mas também pelo julgamento popular e pelo julgamento das pessoas que estão à nossa volta.

Eu acredito que o senhor deve estar passando pelo processo de cobrança dos amigos e dos familiares, cobrança que talvez seja mais dura do que a cobrança dos amigos da Justiça.

Eu acho que o senhor está cometendo um equívoco. Faço questão de deixar este registro. A história provavelmente vai confirmar o que eu estou dizendo. O senhor teve a chance de deletar, ou melhor, de pelo menos apagar o passado e tentar entrar neste bonde que está acontecendo com o Brasil: a mudança de hábitos e costumes, cujo principal vetor é o grau de tolerância da sociedade.

A sociedade já está no limite em relação a uma série de procedimentos da classe política, ao Estado, aos costumes, à ética e a uma série de outros valores. O senhor está cometendo um equívoco, e eu quero deixar isso registrado.



O segundo ponto foi citado aqui: trata-se do *lobby*. Nosso intuito é esclarecer a quem nos ouve. No Brasil, infelizmente esta palavra *lobby* ficou manchada, o que é um grande equívoco. *Lobby* consiste em defender legitimamente os interesses. Então, é legítimo que os indígenas defendam e apoiem Parlamentares que caminhem nesta direção. É legítimo que sindicatos assim o façam. É legítimo que as entidades empresariais assim o façam, desde que não haja o pagamento pelos serviços públicos prestados.

Nossa retribuição é simplesmente a confiança da população e, no fim do processo, o voto do cidadão. O cidadão nos confiou o seu voto.

No Brasil, o *lobby* infelizmente está deturpado. É necessário regulamentá-lo, para separar o joio do trigo.

Cabe a mim fazer este esclarecimento. Obviamente, todos os Parlamentares conhecem isso melhor do que eu. Na verdade, como nossas manifestações estão sendo transmitidas, é importante que a sociedade as entenda. Nós temos que usar este momento para debater e explicar para a sociedade o que está errado e o que está certo no Brasil, além do que está camuflado. Nosso papel não é simplesmente votar e punir. Nosso papel é orientar as pessoas.

Nossos filhos estão nos bancos escolares. Milhões de cidadãos têm uma visão equivocada sobre política. A política deveria ser o mais nobre dos desafios, mas infelizmente está deturpada.

Portanto, o *lobby* é algo legítimo e, por isso, deveria ser regulamentado. Consiste em se defender legitimamente aquilo que se acredita e convencer os Parlamentares. Qual a retribuição? A confiança das pessoas quando ele permanecer ou, pelo menos, quando quiser permanecer na vida pública e nunca ser remunerado ou receber dinheiro pelo trabalho que lhe cabe.

Para finalizar, embora nós não tenhamos dados para emitir um juízo de valor, meu juízo de valor em relação ao senhor não é bom, porque os volumes em que o senhor mexeu são muito vultosos. Logicamente, todo mundo sabe fazer conta. O trabalho é remunerado proporcionalmente ao seu esforço.

Ministro que sai do Governo e, no dia seguinte, abre escritório de consultoria e recebe contrato de milhões, quando na vida privada nunca — nunca! — foi contratado nem para tomar conta de uma quitanda, é óbvio que está errado.



No meu julgamento, o senhor está equivocado. Faço questão deste registro, não só para o senhor e para os meus pares, mas, principalmente, para as pessoas saberem que no futuro tudo isso vai ser revisto. É importante que as pessoas tenham o entendimento do que aconteceu, para melhorarmos e propormos um novo sistema para o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Obrigado, Deputado Eduardo Cury.

Concedo a palavra ao Relator João Carlos Bacelar.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Presidente Pedro Fernandes, Sras. e Srs. Deputados, depoente, primeiro, eu quero ver o atestado da Sra. Cristina Mautoni Marcondes, para não ficar corriqueira nesta CPI a apresentação de atestados. Gostaria de saber da autenticidade do atestado e da causa clínica. Parece que foi uma labirintite. Vou passar para a nossa assessoria, para vermos a identificação do médico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Esta parte nós já pulamos. Já aceitamos o requerimento e marcamos para o dia 2 de junho.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - O.k.

Pelo que pude ver, o depoente, o Sr. Mauro Marcondes, chegou aqui com um *habeas corpus*. Não é isso, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Isso.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Mas eu queria fazer algumas perguntas a ele, para tirar algumas dúvidas. Primeiro, eu queria saber do Sr. Mauro Marcondes algo que eu sempre tenho questionado na CPI quando os depoentes chegam com *habeas corpus*. Pergunto se gostariam de ter uma reunião reservada com os Parlamentares, porque, às vezes, eles se sentem um pouco mais à vontade de, numa reunião reservada, contribuir com a CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Esta proposta, feita pelo Deputado Altineu Côrtes, já foi negada.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Mas eu gostaria de insistir, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Por favor, faça novamente a pergunta.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Mauro Marcondes, o senhor gostaria que a reunião fosse reservada? Quando estou inquirindo, eu parto sempre da premissa da presunção de inocência. Eu sempre acredito na palavra do ser humano. Ele pode até errar, mas há o princípio da presunção de inocência.

V.Sa. gostaria de fazer uma audiência reservada com os pares, para poder elucidar alguns temas nesta CPI? Seria de grande valia para a Nação brasileira e para esta CPI o testemunho de V.Sa. Há coisas que não incriminariam V.Exa., que até o ajudariam a elucidar temas extremamente conexos nesta CPI.

V.Sa. gostaria de fazer uma audiência reservada com os nobres Parlamentares?

O SR. MAURO MARCONDES MACHADO - Meu advogado já manifestou que não é necessário. Eu já disse que tenho imenso prazer em colaborar com os senhores sobre o assunto *lobby*. Se os senhores fizerem uma CPI sobre *lobby*, eu virei aqui e falarei tudo o que posso para ajudar V.Exas., para que não aconteça de incriminarem o *lobby*, como está sendo feito hoje.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Tudo bem.

Sr. Mauro Marcondes, temos conhecimento da larga experiência que V.Sa. acumula no setor automotivo do Brasil. Dos 50 anos, 30 deles o senhor esteve como Vice-Presidente das ANFAVEA, uma associação muito importante na fabricação de veículos automotores. Portanto, o senhor foi Vice-Presidente da ANFAVEA durante 30 anos dos 50 anos que tem de serviços prestados.

V.Sa. certamente já tem conhecimento de que foi condenado há mais de 11 anos de prisão pelos delitos de associação criminosa, corrupção ativa e lavagem de dinheiro. Desse modo, V.Sa. tem conhecimento de que neste momento é visto como alguém que foi condenado pela Justiça por tais delitos.

Dito isso, gostaria de dizer a V.Sa. que neste momento está a seu dispor a oportunidade de tentar esclarecer os fatos, não apenas perante as autoridades aqui presentes, como também perante a opinião pública brasileira.

Na sentença, afirma-se que V.Sa. buscou influenciar julgadores do CARF para tentar reduzir uma multa imposta à empresa MMC, inclusive mediante práticas



ilícitas. Quando V.Sa. passou a atuar no caso, a empresa já contava com a atuação do advogado Aristófares Holanda, auditor-fiscal aposentado da Receita Federal, de elevada reputação, em sua defesa. Apesar disso, V.Sa. optou por contratar Eivany, também aposentado pelo órgão, e seu filho José Ricardo da Silva.

Pergunto ao senhor que vantagem poderia advir de tal contratação, visto que já havia um profissional altamente qualificado cuidando do seu caso. Como V.Sa. explica este fato?

O SR. MAURO MARCONDES MACHADO - Permanecerei calado. Desculpe-me, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Quanto aos benefícios fiscais, apesar de a MMC já contar com os estudos de Ives Gandra e de Heleno Torres, também renomados tributaristas, mais uma vez V.Sa. atuou no caso contratando José Ricardo da Silva e o pai. O que V.Sa. tem a esclarecer a respeito deste fato?

O SR. MAURO MARCONDES MACHADO - Permanecerei calado. Desculpe-me, Excelência.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - V.Sa. afirmou à Polícia Federal que conheceu Eivany Antônio da Silva em 2009. Durante o seu interrogatório no Judiciário, afirmou que conheceu, 2 ou 3 anos depois, um projeto iniciado na universidade em 1958, durante a apresentação do Ministro Mario Henrique Simonsen.

Quando exatamente V.Sa. conheceu Eivany e de que forma isso se deu?

O SR. MAURO MARCONDES MACHADO - Permanecerei calado. Desculpe-me.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - V.Sa. afirmou à Polícia Federal que sua esposa cuidava de parte administrativa dos contratos da Marcondes & Mautoni e MMC. Entretanto, sempre que questionada, ela dizia não ter conhecimento específico dos contratos, à exceção do contrato de Vladimir Spíndola.

Como V.Sa. explica estes fatos?

O SR. MAURO MARCONDES MACHADO - Permanecerei calado. Desculpe-me.



O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Queremos pedir sinceras escusas à parte dos membros desta CPI, uma vez que a pergunta envolve o Sr. Luís Cláudio, filho do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e esclarecer que a pergunta tem caráter meramente técnico, e não político, visando aos esclarecimentos dos fatos.

Juiz da 10ª Vara Federal de Brasília menciona em sua sentença o fato de que ainda há, no bojo da Operação Zelotes, um inquérito específico que apura os pagamentos da empresa Marcondes & Mautoni à empresa LFT, de propriedade do filho do ex-Presidente.

O que V.Sa. gostaria de esclarecer a este respeito?

O SR. MAURO MARCONDES MACHADO - Vou esclarecer no momento oportuno, na Justiça.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu acho que esta CPI tem grandes serviços a serem feitos para a Nação brasileira. Mas eu faço um pedido, encarecidamente, até perante os pares. Todas as últimas oitivas foram nesta linha de uso de *habeas corpus*, e nós não estamos produzindo na CPI.

Assim, eu apelo a V.Exa., Presidente Pedro Fernandes, para que tenhamos, daqui para frente, uma prática um pouco mais distinta nos requerimentos aprovados e na vinda das testemunhas às oitivas. Este fato recorrente de trazermos aqui pessoas com *habeas corpus* não elucida, nem traz nenhuma novidade à CPI.

Nós estamos perdendo tempo, e a nossa agenda, a agenda de todos nós Parlamentares, é extremamente dinâmica. Esta já é a quarta audiência pública em que estamos malhando em ferro frio.

Então, eu apelo para V.Exa. a fim de que adotemos um procedimento diferenciado, para darmos grandeza a esta CPI e permitirmos novas posições aqui.

Hoje eu apresentei alguns requerimentos, que vão ser votados. Há outros requerimentos meus e de alguns colegas para que façam parte da pauta desta CPI.

Faço, publicamente, um apelo a V.Exa. para darmos um novo rumo à CPI, porque não podemos mais ficar aqui brincando de trabalhar. Trazemos pessoas para cá, e algumas, como o Sr. Mauro Marcondes, apresentam *habeas corpus*. Isso, num dia importante como hoje, terça-feira, não contribui em nada com esta CPI.



Portanto, Sr. Presidente, peço encarecidamente a V.Exa. que dê um novo rumo aos trabalhos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Sr. Relator, os requerimentos foram apresentados pelos Deputados e aprovados pelo Plenário. Naturalmente, eu tenho que fazer a pauta a partir deste fato. Se o Relator achar interessante que dispensemos as testemunhas, peço que apresente requerimento para dispensar todos os requerimentos aprovados, e eu o submeterei ao Plenário. Assim o farei.

Concedo a palavra, para uma rápida intervenção, ao Deputado e Ministro Carlos Melles, que já me havia solicitado. Em seguida, terá a palavra o Deputado Heráclito Fortes.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - Sr. Presidente, Sr. Relator, eu queria fazer um registro com base no que o Relator afirmou. Foi assim na CPI do BNDES, aliás, tem sido assim nas CPIs desta Casa. Nosso caráter investigativo, Sr. Relator, é mínimo ou inócuo. Nós temos é que mudar, na Casa, a forma de atuação das CPIs. Numa CPI sem o apoio da Polícia Federal, do Ministério Público, do TCU, enfim, de todos, sem a robustez que a Casa exige — nossa responsabilidade é grande —, nós acabamos tendo este teatro aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Muito obrigado, Deputado Carlos Melles.

Concedo a palavra ao Deputado Heráclito Fortes, para uma breve intervenção.

O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES - Sr. Presidente, na reunião passada, eu já havia abordado esta situação desagradável em que o convocado ou convidado vem aqui com *habeas corpus* na mão e permanece calado.

Eu acho, Sr. Relator, que algumas providências deveriam ser tomadas. Uma delas consiste em recorrer ao Supremo Tribunal Federal e explicar que esta prática está se tornando rotina. Não é uma excepcionalidade. Eu acho que este não é o objetivo do Supremo. Entra-se com um *habeas corpus* sem nenhuma argumentação! Eu me lembro de que, poucos anos atrás, era exceção a possibilidade de o cidadão permanecer em silêncio. Agora virou regra.



O Supremo precisa perceber que com isso está criando um desgaste para o Poder Legislativo. É uma interferência prejudicial para o Legislativo. Nós temos que ter isso em mente.

Aproveito a oportunidade para dar uma sugestão ao Relator: oficie, para que conste o registro, ao Ministério Público e ao Supremo Tribunal Federal o comportamento que cada um desses depoentes teve nesta Comissão, dizendo que, baseados em *habeas corpus*, eles se mantiveram em silêncio, muito embora, em outras circunstâncias, nas outras instâncias, eles contem tudo direitinho.

Era este o registro que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Eu acho que é uma sugestão para constar no relatório do Sr. Relator.

Concedo a palavra ao Deputado José Carlos Aleluia, autor do requerimento. S.Exa. dispõe de 10 minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, o Sr. Mauro Marcondes, como todos os outros depoentes, tem o direito, concedido pela Justiça, de permanecer calado. O que há no Brasil é uma disputa de poderes entre o Ministério Público, o Poder Judiciário e o Poder Legislativo. O Poder Legislativo está desaparecendo. Nós estamos há mais de 13 dias sem Presidente na Casa.

Quem esteve na posse do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, como eu, viu a Mesa composta por autoridades da República. Lá estavam autoridades da República, e não havia nenhum representante da Câmara. A Câmara não tem Presidente. Nós não somos capazes de escolher um Presidente, e o cargo continua vago há mais de 13 dias.

Portanto, o Sr. Mauro Marcondes está nos dando o tratamento que estamos merecendo. O Supremo Tribunal Federal está nos dando o tratamento que estamos merecendo. Nós estamos nos curvando. Basta uma declaração de um Procurador — e não precisa ser o Procurador-Geral — ou de um Procurador Federal para a Câmara deixar de votar algo.

Este é um Congresso agachado, um Congresso medroso, um Congresso com o rabo preso! É por isso que nós não temos autoridade.

O Relator está certo. Nós estamos perdendo tempo. Eu não posso ir lá e esganar o depoente. Ele está no direito dele. Eu nem vou fazer pergunta.



O que temos de fazer é dar dignidade a esta Casa, recuperar-lhe a dignidade. Esta Casa está assolada.

Eu não tenho nada contra o Deputado Eduardo Cunha. Pelo contrário, votei nele. Nunca subi à tribuna para fazer um discurso contra ele. Mas, como o Deputado Eduardo Cunha está afastado do mandato, não pode ter cargo na Mesa. Os funcionários estão dando risada dos Deputados. Nós estamos sendo ridicularizados por todo mundo. Como os problemas são grandes — o afastamento da Presidente da República e a instalação de novo Governo — nós, pequeninhos, estamos desaparecendo.

Esta situação é reflexo, querido amigo João Carlos Bacelar, da falta de autoridade do Parlamento. O Senado, mesmo com alguns problemas, ainda mantém alguma autoridade, porque escolhe, julga e sabatina juízes. O Senador tem alguma autoridade. Aqui não há nenhuma. Nós abrimos mão de tudo.

Na legislatura passada, chegamos a abrir mão e dar iniciativa legislativa aos defensores públicos, Sr. Presidente. Isso é uma vergonha! No Congresso americano, quem tem iniciativa legislativa é apenas o Congresso americano, a Câmara dos Deputados. Aqui, não! Temos o Executivo, o Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública. Isso é uma vergonha! Nós somos o quê? Está valendo muito pouco ser Deputado!

Por isso, o Sr. Mauro Marcondes está coberto de razão ao cumprir a determinação da Justiça. O que nós teríamos que fazer era derrubar o mandado de segurança dele. Por que não derrubamos o mandado de segurança dele? Sr. Relator, entre com recurso para derrubar o mandado de segurança dele e o dos outros. Assim, nós poderemos, tratando-o com educação e correção, exigir que ele responda. Caso contrário, as CPIs acabaram.

Há outro detalhe. No momento em que a Polícia Federal trabalha com mais agressividade — agressividade não é a palavra certa —, com mais ação, no momento em que o Ministério Público age com mais eficácia, no momento em que a Justiça se posiciona mais, nós perdemos a velocidade. Nós não temos velocidade!

Portanto, eu quero dizer que a CPI está se esvaindo. Um depoente conseguir um *habeas corpus* está mais fácil do que comprar bolacha na feira. É tranquilo que



ninguém venha para cá falar nada, até porque aqui existe televisão, publicidade e alguns Deputados que se excedem.

Nós devemos lutar para recuperar a dignidade da Casa e instituir o poder de novo. De acordo com a Constituição, nós somos o poder que tem como Presidente o primeiro substituto do Presidente Michel Temer. Os Líderes ficam discutindo se vão trocar o Vice-Presidente. Ora, ninguém precisa de um novo Vice-Presidente! Nós precisamos de um Presidente para poder falar em nosso nome.

Eu não vou fazer perguntas ao depoente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Antes de passar a palavra ao Deputado Jorge Solla, eu queria fazer umas considerações, se me permite o Deputado José Carlos Aleluia.

V.Exa. tem razão, Deputado Aleluia. Primeiro, o Supremo não poderia afastar os Deputados. Podia até prendê-los, mas afastar é prerrogativa desta Casa. Segundo, quando V.Exa. compara a Câmara ao Senado, eu acho que a Câmara avançou, porque, como disse ontem Delcídio do Amaral em entrevista ao *Roda Viva*, fizeram uma verdadeira blindagem para não levá-lo ao Senado. Nós já o trouxemos a esta Casa. Trata-se de uma vantagem. Mesmo calado, trouxemos.

Uma coisa, no entanto, me chama a atenção. Muitos se protegem, às vezes, porque a CPI não prestou o seu papel. As CPIs anarquizavam todos os depoentes que viriam aqui. Não é o caso desta CPI. A Mesa e os Parlamentares que compõem esta CPI respeitam os depoentes. Então, eles se protegem disso. Mas cabe a nós conversar com os depoentes. Não adianta agredirmos os depoentes que vêm aqui, mas seria bom poder tirar deles alguma coisa que resulte em algo bom.

Eu fiz um apelo ao Sr. Marcondes. Pela experiência que tem, ele poderia nos ajudar a fazer uma lei do *lobby* e regulamentá-la. Ele poderia proteger a empresa brasileira desse achaque do poder público. Isso ficou nas mãos dele, mas ele prefere ficar calado. Eu acho que tudo isso vai agravar a situação dele, porque nosso relatório vai para o Ministério Público.

Estas são as considerações que eu gostaria de fazer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, eu acho que nós teríamos como instituição recorrer para derrubar a liminar.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Sim, mas o direito de ficar calado não é só pelo *habeas corpus*. É um direito constitucional.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - É diferente, bem diferente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Pode-se ameaçar prendê-lo, mas ele já está condenado a 11 anos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sim, mas é diferente, Sr. Presidente. Nós deveríamos trabalhar para derrubar — talvez não esta — as próximas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - É uma proposta. Vou encaminhar à Corregedoria da Câmara um pedido para derrubar.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, na CPI da PETROBRAS, nós estivemos no Supremo Tribunal Federal e conversamos com os Ministros, com os quais ponderamos exatamente a forma como se estava procedendo. Eu sei que existe garantia constitucional, mas não se dizia nada que pudesse incriminá-lo. A sugestão, como eu pedi aqui, para melhorar a legislação não tem nada a ver, não vai prejudica-lo em nada.

Eu acho interessante que se faça esta conversa com o Supremo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Eu não vou ao Supremo, não! Se tivermos de mudar, vamos mudar a lei aqui, que é o nosso papel. Ir ao Supremo significa, mais uma vez, reconhecer que o Supremo é quem manda neste Legislativo. Eu não irei. Se o Vice-Presidente, o Deputado Hildo Rocha, quiser ir, vá. Eu não irei.

Concedo a palavra ao Deputado Jorge Solla.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Sr. Presidente, nós estamos em mais uma audiência na qual o depoente, infelizmente, não se propõe a contribuir para o andamento dos trabalhos. Isso já aconteceu em outras oportunidades e é realmente motivo de preocupação. Eu concordo que nós precisamos ver como resolver este problema na dinâmica desta CPI.

No entanto, é bom lembrar que não é só nesta CPI que isso acontece. Na CPI da PETROBRAS, da qual eu também participei, aconteceu algo mais absurdo ainda, nobre Relator João Carlos Bacelar: os depoentes chegavam e diziam que, por força



da delação premiada, eles só poderiam falar dos assuntos que aconteceram após 2007.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Fomos nós que aprovamos a delação premiada.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Mas delação premiada é uma coisa, Sr. Presidente, “calação” premiada é outra! A pessoa assinar um acordo em que só pode falar sobre o que aconteceu a partir de determinada data, e sobre antes a pessoa estar obrigada a não se posicionar sob pena de descumprir o acordo é outra coisa, é outro instituto.

Eu queria registrar o indiciamento do Sr. André Gerdau. O Deputado Ivan Valente vai propor a prioridade de ouvi-lo, e eu queria colocar meu ponto de vista favorável a esta reivindicação.

Eu registro também a estranheza de a assessoria da Polícia Federal não ter revelado os nomes dos indiciados, à exceção do de André Gerdau, do nome do advogado Expedito Luz e do de José Ricardo da Silva, ex-Conselheiro do CARF. Os nomes dos demais não foram divulgados. A assessoria da Polícia Federal alegou que não irá revelar os alvos de indiciamento, em face de uma norma interna, para proteger as investigações.

Eu proponho que esta Mesa cobre da Polícia Federal que envie à CPI da PETROBRAS a relação de todos os indiciados e todas as razões do indiciamento de cada um deles.

Eu queria também aproveitar o curto espaço para registrar três denúncias que acho importantes.

A primeira é que hoje foi publicada no *Diário Oficial da União* a exoneração do Diretor-Presidente da Empresa Brasileira de Comunicação — EBC, Ricardo Melo. Ele é nomeado pelo Presidente da República, mas tem mandato. Houve uma flagrante violação da lei ao ser exonerado. Isso é ilegal! Eu fico preocupado porque, se o atual interventor do Palácio do Planalto, ainda na Presidência da República, exonerou, com mandato, o Sr. Ricardo Melo, pode exonerar inclusive os diretores das agências que também têm mandato. A diferença é que, no caso das agências, há sabatina no Senado; na EBC, não. Mas todos eles ocupam cargos com mandato.

Assim, eu registro a ilegalidade da exoneração do Diretor-Presidente da EBC.



O segundo registro que eu queria fazer é que o Ministro da Saúde, Ricardo Barros, declarou hoje que o tamanho do SUS precisa ser revisto. É um absurdo que, neste Governo golpista, o orçamento para a população não caiba no Orçamento público. Várias declarações já têm vindo à tona de que não cabem as políticas sociais no Orçamento neste Governo golpista.

O Ministro Ricardo Barros, é bom lembrar, como Relator do Orçamento, tentou cortar o Programa Bolsa Família. Não o fez por causa das pressões que recebeu.

É a primeira vez que eu vejo um Ministro entrar no Ministério na Saúde e, em vez de pedir que se aumentem os recursos, dizer que é preciso reduzir as ofertas, para caberem no Orçamento que as elites acham que podem caber para a saúde pública e para a população mais excluída.

O terceiro registro que eu queria fazer diz respeito ao fim do Ministério da Cultura. A propósito, parablenizo a entrevistadora Marília Gabriela e a antropóloga Claudia Leitão, que se recusaram a assumir o time da tímida substituição, que seria uma Secretaria Nacional da Cultura. Os cortes feitos em Ministérios e nas políticas sociais e o desmonte da estrutura da Previdência Social, subsumida à Fazenda, mostram a que veio este Governo golpista.

Por fim, quero concordar com o Deputado Aleluia quando diz que este Congresso, além de agachado, medroso e com o rabo preso, está sendo ridicularizado no mundo inteiro porque rasgou a Constituição, porque apoiou um golpe, um golpe de Estado.

É por isso que hoje o Congresso está agachado, medroso e com o rabo preso.

Concordo, Deputado Aleluia! Esses Deputados estão sendo ridicularizados no mundo inteiro pelo golpe que deram na Constituição, ao tirar uma Presidente contra a qual não há nenhuma acusação de crime, para colocar uma quadrilha a assumir este Governo de forma ilegal, de forma completamente contrária aos interesses da população brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES - Peço a palavra para contraditar, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Mas não houve questão de ordem para contraditar, Deputado Heráclito Fortes. Se V.Exa. deseja que eu o inscreva, eu o faço.

O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES - Quero contraditar o que foi dito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Eu vou inscrevê-lo, Deputado.

O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES - V.Exa. há de convir que tudo o que foi dito aqui não faz parte do contexto da Comissão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Mas não é regimental, eu não posso censurar o Deputado. V.Exa. já está inscrito, de ofício, para contraditar.

Concedo a palavra ao Deputado Helder Salomão. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES - Parabéns pela isenção!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Concedo a palavra ao Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, eu peço que seja zerada a contagem do meu tempo. Eu vou precisar de tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Atendendo ao Deputado, vamos zerar o tempo.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu já vi que nós estamos nesses recorrentes *habeas corpus*, e os depoimentos são um pouco cansativos e inócuos. Mas eu acho que, neste caso, nós temos algumas questões a decidir.

Eu entendo que esta atividade de *lobby*, o lobismo — quero discordar do Deputado Eduardo Cury —, não é política. Uma coisa é a pressão social, popular, de baixo para cima, em que o cidadão tem o direito de entrar no Congresso, uma Casa aberta, para pressionar ou reivindicar. Falo de qualquer setor da sociedade, seja movimento social, popular, sindical, seja movimento empresarial. Esta é uma questão.

Outra coisa é a discussão de *lobby*. Trata-se de uma cultura que vem dos Estados Unidos. Quem assiste à série *Frank Underwood* já deve saber o que é *lobby* e como os lobistas mandam. Mas, neste caso, nós estamos falando de poder



econômico porque, quando os indígenas vêm aqui, eles não vêm para comprar nenhum Deputado ou para demarcar terras indígenas, não. Quando o movimento sindical entra aqui contra as terceirizações, não é para comprar Deputado. Quando o *lobby* entra, ele entra para comprar Deputado, porque os lobistas são financiadores de campanha — existe corrupção no *lobby*. Existe *lobby* nos Estados Unidos e no Brasil. Está aí a Operação Lava-Jato que não nos deixa mentir.

Desta forma, eu não usaria o termo *lobby*. Começo por aí. Reivindicar ou abrir portas do Congresso Nacional é uma coisa. *Lobby* cheira a coisa escondida, debaixo dos panos, atrás das cortinas. Isso precisa acabar, porque tem a ver com financiamento empresarial de campanha. Eu me declaro absolutamente contra a utilização deste formato político, que é diferente.

Quero colocar novamente que o empresário também pode expor com transparência como é que ele entra, mas ele entra sempre pelo elevador de luxo, direto nos gabinetes. Os outros têm que botar o nome lá fora, botar o selinho, e a Polícia Legislativa fica acompanhando, quando não dá porrada. Esta é a diferença!

A diferença é que aqui eles têm poder econômico, e os outros, não. Trata-se de reivindicações sociais. Para aprovar um projeto de lei nesta Casa, é necessário 1 milhão e 300 mil assinaturas, ao contrário de regulamentação de iniciativa popular.

O Prof. Fábio Konder Comparato disse que agora é preciso ter firma reconhecida deste 1 milhão e 300 mil assinaturas. É a forma como eles querem que o povo participe: com firma reconhecida. É uma vergonha!

Há uma segunda vergonha. O Deputado José Carlos Aleluia tem razão. Não é possível a Câmara estar vivendo o que estamos vendo, mas S.Exa. tem razão no seguinte: como é que esta Câmara pôde manter um delinquente como Eduardo Cunha, e não cassá-lo, sem que tivesse havido uma rebelião do Plenário? Um sujeito que tem dez acusações, que é réu no Supremo Tribunal Federal, que cada dia é alvo de acusação, e o Conselho de Ética da Casa protege esse cidadão! Depois ainda dizem que a Casa está desmoralizada.

Agora precisamos de um Presidente para tocar a pauta negativa, para tocar a pauta das privatizações, para acabar com o SUS, para privatizar os Correios, a Casa da Moeda, para retroagir na educação?! Para isso, a Casa está precisando de Presidente, coisa que Eduardo Cunha fazia muito bem, com a pauta negativa dele.



O Supremo intervém demais nesta Casa. Intervém, por quê? Porque a Casa não se dá ao respeito, porque deixou um delinquente na Presidência da Câmara e não ia retirá-lo. Foi o Supremo Tribunal Federal, com o apoio, sim, de 90% da população que o retirou! Não havia ninguém nas ruas defendendo Eduardo Cunha.

No caso da Presidente Dilma Rousseff, muitos queriam que ela saísse, mas muitos também queriam que ela ficasse. Havia muitos contra o *impeachment*, que eu considero um golpe institucional. É um golpe institucional que vai ficar carimbado como tal, porque o golpe foi dado para esse arranjo que está aqui.

Sr. Presidente, eu acho que nós temos que rever um pouco esta questão dos depoimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Peço que conclua, Deputado. V.Exa. usou o tempo para falar sobre outros assuntos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas eu não tenho o que perguntar a uma pessoa que faz *lobby* e vai me dizer que tem um *habeas corpus* e, por isso, não vai responder às perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Não, V.Exa. não usou o tempo para perguntar. Vou reinscrever V.Exa., Deputado Ivan Valente.

Concedo a palavra ao Deputado Helder Salomão. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra o Deputado Adelmo Carneiro Leão. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, hoje V.Exa. está muito nervoso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Não. Estou agindo assim com todos os que não usam o tempo necessário para as perguntas, como o Deputado José Carlos Aleluia e V.Exa.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não. Os Deputados intervieram sem estar inscritos. Eu não sei por que V.Exa. está tão nervoso, Sr. Presidente Pedro Fernandes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Eu não estou nervoso, de maneira nenhuma.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu não estou entendendo por que V.Exa. ficou nervoso com a nossa fala.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Concedo a palavra ao Deputado Adelmo Carneiro Leão.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - V.Exa. é sempre gentil, um Presidente sempre tolerante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Eu vou reinscrever V.Exa., Deputado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - V.Exa. não me deu 30 segundos para concluir minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Eu vou reinscrevê-lo, Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu não quero ser reinscrito. Queria que V.Exa. me concedesse 30 segundos para concluir minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Com a palavra o Deputado Adelmo Carneiro Leão, por favor.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Sr. Presidente, primeiro, quero cumprimentá-lo pela sua serenidade. Tenho a convicção de que, ao sairmos desta reunião, vamos apresentar um relatório, pelas mãos do Deputado João Carlos Bacelar, à altura dos desafios desta CPI. Mas, para estarmos à altura, entendo que temos que dar um salto de qualidade também. Não basta só reclamarmos.

Se chamarmos aqui o Sr. Mauro Marcondes e tantos outros que estão nas mesmas condições para perguntar sobre eventuais delações, a quem repassaram dinheiro ou como negociaram o processo aqui, certamente vamos ter muito poucas respostas positivas, se pudermos contar com elas.

O Sr. Mauro Colocou uma questão aqui muito relevante. Entendo que nós não precisaríamos abrir outra CPI para ouvi-lo.

Em primeiro lugar, eu queria perguntar a V.Exa., Sr. Presidente, e ao Sr. Mauro Marcondes se é possível contarmos com a presença dele nesta CPI para discutirmos a questão do *lobby*. Como os *lobbies* são formados aqui? Qual é a relação do *lobby* com o Congresso Nacional? Que interesses são negociados aqui? Como o *lobby* é tratado?



Trataríamos também das reflexões que o Deputado Ivan Valente traz, o que eu acho muito relevante para este momento.

Se conseguirmos estabelecer um conceito adequado para *lobby* ou para a ação de determinados movimentos sociais e institucionais, isso tudo valerá para entendermos esta questão e tratarmos dela na raiz do problema.

Eu vejo que há muita gente preocupada com o filho de Lula, com o irmão de alguém, com o parente de Fulano, Sicrano e Beltrano.

Nós estamos fulanizando a situação, sem discutir o problema do mérito. O que estamos discutindo? Qual é a pauta proposta aqui? Qual é o objeto desta questão? Investigar as denúncias de fraudes contra a Receita Federal por parte de bancos e grandes empresas, mediante supostos pagamentos de propina. É sobre esta questão que temos que nos debruçar porque, depois disso, teremos outros instrumentos.

Nós estamos fazendo uma disputa com o Ministério Público e com a mídia, utilizando as informações que eles têm. Nós não somos capazes, nesta Comissão, Deputado Ivan Valente, de arrancar uma só informação além daquelas que já são formalizadas. Qual é o sentido disso? Reproduzir? É só isso? Só ouvir o que eles já disseram nos jornais, na delação premiada?

Eu entendo que é possível termos instrumentos de investigação, numa CPI, que vão além disso, para que possamos tirar algo saudável, oportuno, algo que possa enriquecer esta CPI.

Há mais ainda: se continuarmos procurando pessoas sem identificar o problema ou a sistemática, vamos continuar reproduzindo esta situação, colocando o Congresso Nacional na mesma condição em que está hoje. Qual é o sistema? O que ele envolve? Em que ele facilita e em que eventualmente dificulta? Há um Congresso que, além de todas as suas fragilidades e interesses, agora está associado a um golpe institucional que, com todos os argumentos que são colocados aqui, coloca o Congresso diante do mundo e diante de uma boa parcela. Embora também exista uma expressiva parcela nacional que reconhece que o Congresso deveria fazer isso, há uma boa parcela do Congresso Nacional e do povo brasileiro — e eu faço parte minimamente dessa parcela —, que considera a atitude do Congresso Nacional, perante os fatos que mudaram a estrutura do Governo, um



ato de golpe, uma ação golpista do Congresso Nacional que o apequena diante do mundo, diante da história, diante do Estado Democrático de Direito.

Então, eu queria fazer essas ponderações. Eu considero, Sr. Presidente, que se nós tratarmos dessa questão no sentido de entender esse problema talvez nós possamos buscar, através das investigações, muito mais contribuição do que se ficarmos perguntando aqui: “*Você passou dinheiro para o fulano, para o filho do Presidente?*” Isso não contribui em nada, isso não ajuda em nada, porque essas questões já estão colocadas lá fora. Poderíamos tratar dessa questão.

Então, a pergunta é esta, primeiro para o Presidente: se nesta CPI é possível nós escutarmos o Mauro Marcondes. Ele disse que está disponível para isso, para falar sobre *lobby*, como funcionou o *lobby* do ponto de vista das ações e da relação com o Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Muito bem, Deputado. Obrigado. Ele poderia usar esta reunião, mas ele disse que não reconhece ser este o momento.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - É por isso que eu queria fazer a pergunta, e também ao Deputado João Carlos. Se ele puder vir aqui em uma outra reunião para falar sobre isso, nesta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Aí é um outro requerimento, reconvocando-o para isso.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Nós faríamos um requerimento nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Eu vou passar a palavra ao Deputado Heráclito Fortes.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Presidente, quero fazer só um adendo, antes de o Deputado Heráclito Fortes falar, até para nós otimizarmos o trabalho.

Se o Sr. Mauro Marcondes tiver disposição para isso, eu faço esse requerimento, para nós não perdermos tempo aqui, se ele estiver disposto a vir na outra reunião só para falar sobre o *lobby*. Até porque nós precisamos discutir isso no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Isso.



O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - É oportuno, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Eu farei a pergunta a ele, logo depois de o Deputado Heráclito Fortes usar a palavra.

O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES - Sr. Presidente, essas intervenções de dor de cotovelo são esperadas e são naturais. Eu lamentei quando eu pedi para falar em seguida, porque eu gostaria que o Deputado Solla aqui estivesse.

Primeiro ponto: esse pessoal precisa se conscientizar de que este Governo é um Governo interino. Os retratos da Presidente Dilma continuam na parede. Essa interinidade respeita decisões constitucionais, essa interinidade tem prazo. Esse desespero até parece que vem daqueles que já sabem que, pelos motivos aí elencados, a ex-Presidente, ou Presidente afastada, não tem a menor condição de voltar. Mas constitucionalmente ela é Presidente afastada.

Tanto isso é verdade, que ela mora no Alvorada, usou um avião de luxo do Governo para ir a Porto Alegre. Ela queria usar o do Presidente da República, mas não pôde. Foi num Legacy, que é um avião de alta linha, cujo custo do quilômetro é 40 reais. Então, essa questão está pacificada.

Depois, de maneira grosseira, falou de quadrilha, quadrilha que tomou conta do Governo. Nós temos uma simbologia de onde é que está a quadrilha. Um dos mais importantes advogados do Brasil, o Dr. Podval. Está aí. É advogado de quantos quadrilheiros? E hoje aqui atende ao Dr. Mauro Marcondes. Mas, fora o Dr. Marcondes, ele tem uma penca de quadrilheiro. É uma das figuras mais manjadas hoje no noticiário quando o assunto é apuração da Lava-Jato, disso tudo.

Eu estou lhe dizendo isso porque eu recebi vários telefonemas de pessoas que o identificam, mas não sabem o nome. Eu tive que consultar os universitários para satisfazer a sede dos que estão em casa.

Então, a maior prova é essa. Sobre o afastamento do rapaz da EBC, ele conta a história pela metade, mas ele não conta que esse cidadão da EBC foi nomeado 1 semana antes do veredito final da Presidente. Essas coisas contadas pela metade não fazem bem, porque não resolvem o problema.

Por outro lado, retirar pessoas como ele, que não é um... é apenas um conselho, nós aprendemos no Governo Lula. E aí eu invoco o Deputado João Carlos



Bacelar, que há de se lembrar que o ex-Deputado Leur Lomanto tinha um mandato na ANAC e foi obrigado a renunciar. Esse fato não é de agora, esse fato existe. Como também não disse das liberações de última hora que foram feitas de milhões e milhões para Deputados que mudaram o voto e que votaram contra o *impeachment* da Presidente Dilma.

Eu acho bobagem ficar aqui tratando desse assunto. Esse pessoal devia dedicar sua energia em usar argumentos para tentar reverter o quadro em que a Presidente se encontra. A repercussão internacional existe. Mas por que ela existe? Porque se colocou em postos estratégicos, já sabendo no que ia dar, a Ideli Salvatti e o Dr. Rosinha, que usam esse presidente colombiano, que nem o mandato terminou e que responde a processos nos Estados Unidos, para usar de argumentos falsos com relação ao que aconteceu no Brasil. Eu duvido que o nosso advogado diga que isso foi golpe, que isso não respeita a Constituição! Então, é uma bobagem a gente ficar tratando dessa questão.

Agora, quem perde o poder fica triste. Eu compreendo isso. Agora, apenas sugiro que tenha um pouquinho de moderação em respeito à Constituição, que nós juramos defender. O que se está fazendo aqui é um absurdo, é uma dor de cotovelo sem solução!

Dessa forma, eu peço ao Deputado Solla que não entre de sola na Constituição brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Obrigado, Deputado.

Deputado Carlos Sampaio, como autor do requerimento. V.Exa. tem 10 minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, tendo em vista a postura do ouvinte hoje, que se encontra presente com ordem de *habeas corpus*, então eu deixo de formular perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Obrigado, Deputado.

Deputado Silas Freire, V.Exa. tem 5 minutos.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Pois não, Presidente. Eu deixarei pelo menos no ar as minhas perguntas ao Sr. Mauro Marcondes, que não quer nos responder.



Qual a diferença de *lobby* e negociata? O senhor quer falar de *lobby*? Eu senti que o senhor quer falar de *lobby*. Tem diferença?

O SR. MAURO MARCONDES MACHADO - Infelizmente, eu não posso. Tenho muita vontade de responder para o senhor isso.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Eu sinto que o senhor está com vontade.

O SR. MAURO MARCONDES MACHADO - Mas eu não poderei responder, realmente. Eu tenho que atender ao meu advogado. Eu já propus aqui...

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Mas se não fosse por orientação do seu advogado, o senhor iria responder, eu tenho certeza.

O SR. MAURO MARCONDES MACHADO - Eu já propus aqui fazer uma CPI falando de *lobby*, e eu falarei à vontade para os senhores sobre toda a minha experiência, sobre toda a minha vida profissional.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - É curiosidade.

O SR. MAURO MARCONDES MACHADO - Quem faz *lobby* não corrompe. Quem corrompe não faz *lobby*. Isso é importante entender.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Curiosidade mesmo.

O SR. MAURO MARCONDES MACHADO - Quem faz *lobby* não corrompe, certo?

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Não corrompe.

O SR. MAURO MARCONDES MACHADO - Não precisa corromper, certo? Isso é importante que se entenda.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Há estilos de *lobby*, Sr. Marcondes? Há o *lobby* com tráfico de influência, em que se tem que ir atrás da família de alguém, e há o *lobby* sem tráfico de influência? O senhor começou tão bem.

O SR. MAURO MARCONDES MACHADO - Façam uma CPI sobre *lobby*, e eu estarei presente e responderei. Eu quero dizer aos senhores o seguinte...

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Eu noto que o senhor está com vontade, no corpo todo, de legalizar o *lobby*. Há o *lobby* moral e o imoral? O senhor praticou qual? O moral ou o imoral?

O SR. MAURO MARCONDES MACHADO - Desculpe. Eu não posso responder para o senhor. Agradeço o respeito com o que os senhores estão me



tratando, mas eu não posso responder. Façam uma CPI sobre *lobby*, e eu estarei presente com a maior boa vontade e falarei tudo o que tenho de experiência e tudo o que eu sei sobre isso com seriedade e com ética.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - O *lobby* pode ser sério.

O SR. MAURO MARCONDES MACHADO - Desculpe. Não posso responder.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - O Deputado Altineu Côrtes quer 15 segundos do nosso tempo, Sr. Presidente. Eu quero conceder, por favor.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Presidente, o meu amigo me deu 15 segundos para dizer ao Sr. Marcondes...

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Mais um pouquinho.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Eu vejo que o senhor é uma pessoa que quer ajudar. Só para o senhor saber, pode ter certeza disto, o senhor vai ter profundo arrependimento de não ter falado aqui hoje. Sabe por quê? Há dois assuntos: um é jurídico — o senhor está muito bem acompanhado —; o outro é emocional.

Então, pelo mal emocional que este caso causou à família do senhor, e causa, o senhor está perdendo a grande oportunidade de emocionalmente se libertar. O senhor não vai ter outra oportunidade neste assunto. E aí não é opinião de advogado, não é opinião de ninguém. É só botar para fora, tirar esse peso do coração. Não vai alterar nada a pena do senhor.

O SR. MAURO MARCONDES MACHADO - Eu sou psicólogo, eu conheço bem esse assunto...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - É por isso que o senhor quer falar.

O SR. MAURO MARCONDES MACHADO - ... e sei bem o meu emocional.

(Riso.)

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - É por isso que o senhor quer falar.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Valeu, Deputado Altineu!

Só para encerrar, Sr. Marcondes, existe, não existe, o *lobby* legal e o ilegal?

O SR. MAURO MARCONDES MACHADO - Excelência, desculpe-me. Eu não vou responder, eu não posso responder. Eu contratei um advogado, tenho que respeitar a opinião dele. Ele está me orientando.



O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Então pronto: existe o *lobby* e existe a negociata.

O SR. MAURO MARCONDES MACHADO - Não sei, eu não posso responder. Faça uma CPI sobre o *lobby*, e eu responderei tudo isso para o senhor com a maior vontade e com o maior respeito que eu tenho a esta Casa. Eu lido com esta Casa há 58 anos e tenho o maior respeito por esta Casa.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Há 58 anos o senhor tem feito *lobby* ou negociata nesta Casa?

O SR. MAURO MARCONDES MACHADO - O senhor está insistindo numa pergunta. Desculpe-me mais uma vez. Não responderei, permanecerei calado.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Com a palavra o Deputado Carlos Melles — Ministro Carlos Melles.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - Obrigado, Sr. Presidente, colegas Deputados.

Sr. Mauro, eu não ia fazer uso da palavra novamente, não, aqui na frente, mas algo me ocorreu. O senhor disse que tem mais de 50 anos de Casa aqui; tem perto dos 80 anos; eu estou chegando aos 70. O Deputado Altineu falou uma coisa que ontem me veio, e eu pedi para rever o que eu falei ao Sr. Bumlai na CPI do BNDES. E vou dizer ao senhor que...

Aproveitando um parêntese sobre a OAB, senhor advogado, a OAB tem exigido e trabalhado muito, tem feito uma ação política. A OAB às vezes até passa um pouco dos limites, ela faz uma ação política, faz exigências, sobretudo aos políticos, com uma veemência formidável. Obviamente cada um tem que defender a causa, se é certa ou errada, mas a OAB precisava ver um pouco melhor isso, também em termos de regulamentação.

Mas, Sr. Mauro, o que eu queria dizer ao senhor é o seguinte. O senhor é amigo do Lula há quase 50 anos ou um pouco mais. O senhor percebeu — e isso foi uma coisa rotineira depois que o Presidente Lula assumiu o Governo — que quem se aproximou do Lula apodreceu depois que ele assumiu o poder.

Ontem, o Delcídio fez uma colocação sobre o Bumlai que eu tinha feito. O Bumlai era um homem de bem, até conhecer o Lula. O senhor era amigo e até então



tinha tido um procedimento correto, enquanto havia as greves de metalúrgicos, enquanto era homem da ANFAVEA. Depois ele assumiu a Presidência, deu espaço ao senhor para fazer o que o senhor fez.

E não há *lobby* santo. Eu gosto do *lobby*. Nosso grande ex-Presidente Marco Maciel tem teses aí. Mas, como disse o colega Deputado, quando o *lobby* vai para a amizade, vai para o filho do rei, quando vai se aproveitando da fragilidade de um governo... E ontem eu acho até que o Paulinho da Força fez certo. Nós vamos ter que ver todas as isenções que houve. Esse Governo permitiu isenções, e elas foram tão açodadas que trouxeram a Previdência a fazer o que está acontecendo hoje.

No caso do setor automotivo, está claro, está explícito — como é o caso de alguns outros setores — que o Presidente o elegeu para serem os homens ricos do Brasil. A CPI do BNDES mostrou isso.

Então, eu diria ao senhor que o Presidente Lula tem este gravíssimo defeito: ele apodrece quem chega perto dele no poder. Fez com que as pessoas, amigos como o senhor, de mais de 50 anos, estivessem com condenação de 9 anos — antes o senhor não a tinha, foi depois do Governo dele.

Assim, quando eu vejo, tristemente, aqui, nesta CPI do CARF, o que nós estamos vendo, como a família Gerdau e outros tantos, que a proximidade com o Governo Lula — tenha certeza disso — vendeu facilidades... Fez uma coisa que é pior. O Deputado Heráclito fala de quadrilha, e o que foi instalado não é nem quadrilha. Com o aparelhamento que o Brasil sofreu, dificilmente nós vamos liberar o País em 3, 4, 5 anos. Foi em todos os cargos, desde o mais baixo: se deixarem, põem porteiro do PT, põem porteiro do PT — repito. Foi uma lástima.

Então, eu tenho um pouco de tristeza e vou dizer ao senhor que é merecedor de dó, porque é um homem bem aparentado, transitou aqui dentro, deve ter vários amigos, mas se deixou apodrecer pelo amigo Lula. Como diz o escritor José Nêumanne, *“aquele Lula que eu conheci...”* É bom olhar esse livro um pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Obrigado.

Deputado Izalci, V.Exa. se inscreveu e tem 5 minutos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, eu também vou aproveitar este tempo, porque eu imaginava ficar um tempo sem ouvir algumas coisas que foram colocadas aqui pelo Deputado Jorge Solla. Também eu não poderia ficar calado. Os



Deputados do PT precisam realmente pelo menos reconhecer... Existem tantas provas!

Quando se fala aqui que nós determinamos que só poderíamos ouvir antes de 1997, o Pedro Barusco foi claríssimo. Todo mundo sabe que corrupção sempre existiu a vida toda, mas a forma como foi conduzida a partir de 2003! Barusco disse isto claramente, que a partir de 2003 institucionalizam a corrupção. E o Ministério Público chama isso de uma quadrilha. Foi o Ministério Público que disse isso uma vez. Então, foi a forma sistêmica como o Governo fez isso, e aí está a prova disso. O Ministro foi muito feliz aqui. Lula era uma laranja podre no saco e foi colocando os amigos todos. Todo mundo que se aproximou sofreu essas consequências.

Está aqui o senhor, que deve ter lutado muito, foi da ANFAVEA. E ninguém chega a uma associação dessas sem competência, sem realmente ter dedicação. Agora, entrou pelo caminho da facilidade. Quer dizer, teve que recorrer ao filho do Lula ou ao próprio Lula. Talvez tenha sido o Lula mesmo que sugeriu: *“Não, faça o pagamento lá pela empresa do meu filho”*. E foi fazendo isso. Tanto é que todo o sistema foi nessa linha. Hoje é a ELETROBRAS, está aí a situação. Está aí questão da PETROBRAS, a questão do BNDES, que agora, espero, abra a caixa-preta, porque até colocaram segredo nas operações do BNDES, limitando a ação do Tribunal de Contas, que é uma instituição que deveria ter acesso a qualquer coisa do Governo. Não, o BNDES o limitou.

O próprio Procurador espera, e eu espero também, que, com a nova Presidente assumindo, representando inclusive as mulheres... E espero que ela possa dar o exemplo, porque realmente nós sempre defendemos aqui a participação das mulheres na política. O Brasil realmente tem uma representação pequena delas, esta Câmara tem uma representação pequena delas, mas infelizmente a primeira mulher que ascende à Presidência da República, a Presidente Dilma, faz o que fez, não só na Presidência, mas também na Casa Civil, no Ministério de Minas e Energia. Então, eu tenho certeza de que com essa nova Presidente do BNDES nós teremos novas surpresas, novos mistérios desvendados, porque não se fez outra coisa neste País.

Fala-se aqui que agora existe a quadrilha do Governo. Quadrilha era o que tinha antes, instalada oficialmente no Governo. Eu fiquei muito feliz aqui, quando fiz



o voto divergente, pela rejeição das contas da Presidente Dilma, bem fundamentado. E eu fiquei muito feliz agora, quando eu vi o Senador que fez o voto pela aprovação, com ressalva, reconhecendo isso. E eu espero que a CMO agora aprecie esse voto e coloque de fato aquilo que está no parecer, que é a rejeição das contas.

Então, eu espero que o PT faça realmente uma avaliação e reconheça os erros. Está-se criticando aqui o Ministro Ricardo Barros, da Saúde. Foi o que mais defendeu o Governo nesse tempo todo. Era radical na Comissão Mista de Orçamento, defendendo o Governo, as propostas que o Governo mandava. Então, o grande Líder do Governo era ele. Como agora assumiu o Ministério, já virou inimigo do PT. Então, o PT só reconhece aqueles que servem a essa quadrilha que foi instalada no Brasil e que quebrou o Brasil.

Nós vamos ter muita dificuldade realmente para resgatar, voltar ao que éramos antes com responsabilidade, com muita competência. É grande a esperança de retomada, mas o PT sempre fez uma oposição irresponsável, inconsequente. “Quanto pior, melhor”, esse é o lema do PT na Oposição. Mas acho que ele precisa agora manejar um pouquinho, falar um pouco menos, porque realmente há muita coisa para se explicar.

Era isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Deputado Altineu, V.Exa. se inscreveu.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Presidente, eu já usei o tempo que me deu o nobre o colega Deputado Silas, mas quero só reiterar, dizer ao Sr. Marcondes que vários depoentes passaram pela CPI com *habeas corpus*.

O senhor está no direito do senhor, entendo a orientação do advogado, mas o senhor emocionalmente está causando um grande prejuízo à família do senhor. Uma palavra do senhor aqui pode ajudar a mudar a história do Brasil, e o senhor pode realmente mudar a história do Brasil. O senhor pode falar uma palavra marcante aqui nesta CPI, e o senhor sabe disso. Como psicólogo, sabe o alívio que isso daria ao senhor, não só ao senhor: ao senhor, aos filhos do senhor, à esposa do senhor, aos amigos do senhor.

O senhor não pode ser condenado, na minha opinião, por dois, três, quatro fatos. É uma história de vida a do senhor, e o senhor está hoje já condenado na



Justiça. Quer dizer, a questão não é só criminal, a questão é emocional. Então, o senhor pode ter certeza absoluta disso. Hoje existem pessoas que não estão mais aqui, que estão presas — devido a outras CPIs foram presas —, que querem falar, que se arrependem de falar, cada um na sua instância, cada um com a sua gravidade.

O Sr. Marcos Valério está preso! Como é que ele ficou preso? Poderia ter falado, não falou; segurou a bronca toda, está lá preso. Não é caso do senhor, porque cada um com a sua história. Mas o senhor está perdendo uma grande oportunidade. Como psicólogo, o senhor sabe disso, tanto é que o senhor mostra isso na sua expressão facial agora.

Mas seria só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Com a palavra o Deputado Joaquim Passarinho. *(Pausa.)*

Ausente.

Deputado Ivan, eu o inscrevi. Se V.Exa. quiser falar...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não, Presidente, agora não. Eu só queria 30 segundos para complementar o raciocínio, e V.Exa. não os deu. Mas eu agradeço sua gentileza de ter me reinscrito.

O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES - Magoou... *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Magoou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Se eu o magoei, eu peço desculpa, mas não foi essa a intenção. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu acho que V.Exa. ficou muito sensibilizado com a nossa intervenção, porque não é do perfil de V.Exa. suspender a fala abruptamente dos depoentes para completar o raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Aliás, todas as intervenções sensibilizam-me. Isso eu fiz com todos.

Não havendo mais nenhum inscrito... Opa! O Deputado Adelmo se inscreveu.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Eu me inscrevi primeiro para dizer ao meu amigo Deputado Carlos Melles, mineiro, mineiríssimo do sul de Minas e de todas as outras Minas, que também ele se aproximou do Presidente Lula. Então, é para ele ter cuidado com as palavras, a não ser que ele se considere



também apodrecido, não é, Deputado Carlos Melles? Mas essa é uma primeira consideração.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - Não, espere aí...

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Cuidado...

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - Eu me aproximei de que forma?

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - V.Exa. disse o seguinte: *“Quem se aproxima do Presidente Lula apodrece”*. Vou concluir...

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - Eu subi no Planalto depois de 13 anos a semana passada. Eu fiz uma viagem com o Presidente Lula à China, com o Walfrido e o Palocci para não voltar nunca mais a conviver com ele. Então, cuidado com as suas palavras. Eu estou muito longe do Lula.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Tá bom.

O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES - Como V.Exa. estava mal acompanhado, hem, companheiro? *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Eu também quero dizer ao Deputado Izalci que o Partido dos Trabalhadores é uma instituição. Como todas as instituições brasileiras, eu posso falar aqui — logicamente em toda regra existe exceção, então considerando a exceção à regra —, de um modo geral, que as instituições têm os seus defeitos, têm os seus erros, têm os seus pecados. Agora, tomar a instituição e colocar todo mundo dentro de uma afirmação geral de que o PT fez isso... O PT é uma instituição, o PT não faz; fazemos nós, as lideranças, os Deputados, a militância.

E alto lá com esse tipo de discurso de ficar acusando a instituição para depois jogar tudo sobre os seus ombros, como se o PT tivesse governado sozinho, como se o PT tivesse errado sozinho! Vamos lá olhar em todas as CPIs que são feitas, que são realizadas, inclusive nesta que nós estamos realizando, quantos estamos envolvidos dos mais diferentes partidos e instituições, mesmo não sendo de partidos.

Alto lá com esse discurso! Esse discurso desqualifica a condição institucional, esse discurso desqualifica a nossa possibilidade de reconstruir uma nova estrutura dentro da lógica do Estado Democrático de Direito. E esse discurso, também, não nos impede de afirmar categoricamente que o resultado e a ação que foi feita, de



maneira inclusive a cumprir determinados ritos... Mas na realidade os ritos cumpridos não modificaram absolutamente nada na lógica do golpe institucionalizado neste País. É um golpe que está institucionalizado.

Nem vou dizer que é alguém que está substituindo outro, que também tem uma quadrilha de lá ou tinha uma quadrilha de cá. Nós estamos diante de um golpe, que precisa ser superado do ponto de vista da construção do Estado Democrático de Direito, de justiça. Não basta só termos as instituições também.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, reinscreva-me, por favor.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Então, eu queria compartilhar, se o tempo me permitir... Vou permitir ao Deputado Ivan Valente, que sempre é uma voz muito contundente. Por mais profundo respeito que eu tenha pela sua história e pelo seu compromisso com o Estado Democrático de Direito, nós precisamos mudar esse discurso, parar de utilizar, às vezes, frases.

Eu provoquei o Deputado Carlos Melles, porque existem muitos amigos do Presidente Lula, da Presidenta Dilma, absolutamente honrados. E eu posso dar testemunho, como amigo do Presidente Lula, que jamais houve qualquer ato, qualquer ação, qualquer manifestação do Presidente Lula que tenha me desviado das condutas e da concepção que eu tenho na defesa do Estado Democrático de Direito.

Por isso, eu quero dizer, Deputado Melles, se V.Exa. não se aproximou, que quem está muito próximo do Presidente Lula repudia veementemente o que V.Exa. disse aqui sobre o que acontece com quem está próximo do Presidente Lula, que modificou a história do Brasil em relação à educação, em relação às conquistas sociais, ao combate à fome.

Eu quero terminar, nesses 40 segundos, dizendo a V.Exa. e a todos os Deputados que quando o Presidente Lula tomou posse ele disse que estaria realizado se ao final do seu Governo o povo brasileiro tivesse comida, tivesse três refeições por dia. E nós vimos, ao final de 2002, uma reportagem da *Globo* dizer que naquele dia, Deputado Pedro Fernandes, 36 milhões de brasileiros iriam dormir com fome.



As ações do Presidente Lula, mesmo que existam erros que precisam ser combatidos, foram fundamentais para colocar este Brasil num outro patamar de dignidade e de justiça social em relação à educação, às conquistas sociais.

Eu quero deixar aqui registrado também...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Obrigado, Deputado.

Eu vou passar a palavra ao Deputado Heráclito Fortes, pelo tempo de 3 minutos.

O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES - Por que essa discriminação, meu Presidente? V.Exa. está...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Porque a nossa Ordem do Dia é muito grande.

O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES - V.Exa. está cruel comigo, mas tudo bem.

Meu caro Deputado Adelmo Carneiro Leão, se todos fossem iguais a V.Exa.! Esse é que é o mal. A maior pena que eu tenho é que os senhores pegaram um patrimônio fantástico, que era a instituição PT, e jogaram na lata do lixo, jogaram na lama.

Eu tinha muita inveja do PT, Sr. Presidente, quando eu via o PT promovendo moralidade em todo o lugar, quando eu via o PT ditando regras sobre os demais. Eu pensei que os senhores mandariam no Brasil por 50 anos, mas que os senhores continuariam comprando roupa na Casa Colombo, que continuariam se hospedando no Hotel Torre. Não pesei que os senhores fossem criar o Porcão. O problema é que os senhores se modificaram antes de modificar o Brasil.

Há um lado positivo! Eu lembro quando um grande empresário pernambucano uma vez me disse: *“O Lula é o novo Messias!”* Eu achei engraçado. Na semana passada, eu cobre isso dele, e ele me disse: *“Valha-me, Deus! Onde é que eu estava com a cabeça?”*

V.Exa. disse que o Lula não se meteu em nada. Não é verdade. O Lula foi a uma empresa de comunicação e pediu para que contratassem a empresa Gamecorp, do seu filho e do seu amigo. São marcas, são digitais. Fez pelo filho, mas fez.



Meu caro, eu sei que V.Exa. está sofrendo, V.Exa. está triste, está cabisbaixo. Agora, se V.Exa. quer dizer que é golpe, eu quero só lhe dar um argumento. Sabe V.Exa. em que foi baseado todo o roteiro desse golpe? No golpe comandado pelo Lula no *impeachment* do Presidente Collor. Sabe qual foi o roteiro? O golpe comandado pelo PT, quando quis “impichar” Itamar Franco e Fernando Henrique por seis vezes. O roteiro é o mesmo. Até os personagens, V.Exa. vai ver que são os mesmos: Hélio Bicudo lá atrás e Hélio Bicudo aqui.

V.Exa. é um homem muito respeitado em Minas. Então, respeite Minas, porque Minas não aceita esse tipo de discurso vazio. “*Quem pariu Mateus que o embale*”. O PT tem que arcar com as consequências da sua irresponsabilidade administrativa e se recuperar, porque, para político, fundo de poço tem molas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Muito obrigado.

Com a palavra o Deputado Ivan Valente, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, eu não iria falar, mas resolvi falar. Eu vou dizer o seguinte: quando os golpistas começam a falar muito que não tem golpe, que não tem golpe, é porque eles estão sentindo o golpe. O golpe passou para a imprensa internacional, o golpe passou para o povo brasileiro que foi à rua contra Dilma.

V.Exas. repararam que não houve nenhuma pesquisa de opinião nos últimos 2 meses, 3 meses? Não se faz pesquisa de opinião mais no Brasil. Repararam? Qual é a popularidade do Michel Temer exatamente? E a da própria Dilma, 2 meses depois? Eu não sei!

Há um segundo ponto. Vamos dar uma olhada nesse Ministério aí, porque dá a impressão de que houve uma mudança radical. Todos ali já foram Ministros! Está cheio de Ministro e de Líder do Governo lá! Esse da Saúde foi Líder do Governo do Fernando Henrique Cardoso, do Lula, da Dilma. Ele é sempre Líder do Governo! Agora, ele quer acabar com o SUS. Ele já queria cortar o Bolsa Família também. Vejam o retrocesso que nós vamos ter! Na minha opinião...

Eu saí do PT há 11 anos. O Deputado Heráclito tem razão! Eu morei no Torre, dos 20 anos de mandato aqui, durante 14 anos. Esse era o pior hotel que havia aqui, tanto é que agora ele está para ser implodido. O Genoíno morava lá também, no tempo em que ele era bom mesmo, meu amigo, desde 1968. Entendem? Não tenho



problema nenhum em falar isso. O PT se perdeu mesmo, e se perdeu com o financiamento privado, igual aos outros.

O Heráclito, inclusive, tem uma adega na casa dele que dizem que é fantástica. O problema é que o PT pegou o gosto...

O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES - Invasão de privacidade, Sr. Presidente. Protesto! (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Dizem que é a adega da conspiração, do golpe, porque houve 20 reuniões na casa dele para traçar cada negócio, o grande arranjo feito entre a grande mídia conservadora e o empresariado, que se deslanchou para o lado de lá, mesmo o Lula falando que nunca os empresários e principalmente os banqueiros ganharam tanto quanto no Governo dele. E há o pântano, os partidos que deslizaram e que deslize de governo para governo. A base parlamentar que desliza para lá e para cá é a mesma! É fisiológica, clientelista, corrupta e que gera os Eduardo Cunha da vida. É isso o que é o Brasil de hoje.

Então, querer dizer que agora nós estamos numa grande novidade! Novidade é só se for para pior! Disso eu tenho certeza. O PT fez um montão de porcarias e mereceu várias coisas. Mas dizer que agora é honestidade! Quantos de lá estão na Lava-Jato? Quantos de lá estão citados inclusive na lista da Odebrecht? A corrupção está dentro desse Governo, se é que o Presidente também não está.

Fechei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Obrigado.

O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES - Sr. Presidente, eu fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Mas foi elogiado!

O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES - Não, não. É muito rápido.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Com a palavra o Deputado Marcus Pestana.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Eu queria pedir...

O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES - V.Exa. me permite?

Eu queria apenas citar para o coerente companheiro uma entrevista, na qual ele está até ao lado, do Plínio de Arruda Sampaio, em 2010.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu conheço. Eu li.



O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES - V.Exa. estava batendo palmas!

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu estava lá.

O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES - E veja o que ele disse em 2010.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O que ele falou da Dilma é que a Dilma não era do ramo.

O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES - Não. Disse coisa mais séria.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não, disse que ela não era do ramo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Vamos avançar!

Concedo a palavra ao Deputado Carlos Melles.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Vamos atender o Deputado Marcus Pestana.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - Eu queria, Sr. Presidente, primeiro agradecer aos colegas Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Com a palavra o Deputado Carlos Melles, por 2 minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - Eu tenho pelo Deputado Adelmo um carinho fraternal. É meu amigo e onde ele puser a mão e o pé, eu também coloco. Assim como punha para o Senador Pimentel, para o João Paulo, para o Professor Luizinho. Eu tenho amigos de fé no PT.

Mas eu queria aqui pedir licença a ele de não retirar o que eu disse. Sobre os empresários que se aproximaram do Lula, deu nisso que deu. O Deputado Ivan Valente fala disso aqui. Nós estamos juntos a vida inteira aqui dentro e sabemos quem é quem. Mas não houve quem aproximasse do poder neste Governo... E aí o cerne está no Presidente Lula mesmo. Ele acha que melhorou o País, mas ele retirou a paternidade, a seriedade de pai e de mãe, sobre a sua família. Isso é o que aconteceu. Dessa forma, o Brasil passa e passará por momentos difíceis e controversos como este, por populismo de um homem só.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Concedo a palavra ao Deputado Marcus Pestana.



O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Eu queria ponderar para que nós interrompêssemos esta discussão. Podemos incluir no plano de trabalho, se o Relator quiser, uma sessão em homenagem ao Millôr, que tinha uma coluna na *Veja*, chamada *Livre pensar*. Podemos ter no plano de trabalho da CPI um momento do livre pensar. Mas isso me parece totalmente inadequado, na frente de um depoente, que está munido de um *habeas corpus*. É um escárnio com a instituição ficarmos falando sobre diversas questões internas, e o depoente, que já está condenado pela Justiça brasileira, num caso gravíssimo de corrupção em um dos maiores escândalos da história, ficar surfando enquanto ficamos aqui gerando a onda. Eu acho desmoralizante. Então, eu acho inadequado isso.

Está evidente que o nosso plano de trabalho tem que ser adequado. Ninguém vai se autoincriminar aqui. Nós temos que investir na quebra de sigilo, na investigação de documentos, porque ninguém vai vir aqui... Está claro, está sendo inócua a nossa ação aqui.

Eu acho que quanto esses discursos sobre a conjuntura, todos nós temos muito a falar a respeito. Aberrações foram ditas. O Presidente da EBC, cujo mandato é de 4 anos, foi nomeado 48 horas antes do *impeachment*! E vêm me falar de mandato em EBC, que era uma empresa que não devia nem existir! Vá para o diabo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Obrigado, Deputado.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Nós devemos preservar a essência da CPI e reservar. Nós temos outros espaços para este debate.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Deputado Mauro Pereira, por favor. V.Exa. tem 5 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Sr. Presidente, Deputado Pedro Fernandes, colegas Deputados, eu gostaria, primeiramente, de dizer que o Brasil está sendo passado a limpo. Isso aí é muito importante. O trabalho dos colegas Deputados aqui é de extrema importância para que isso de fato aconteça. Eu vim aqui acompanhar o debate dos colegas, os depoimentos, e vi o debate que está se travando sobre o que está acontecendo em nosso País.

Primeiramente, nós temos que deixar uma coisa bem clara. Que o Brasil foi saqueado, que as nossas instituições foram saqueadas, não precisa ser muito



inteligente para saber disso. Nós estamos aí com os novos Ministros, que estão assumindo o Governo, e a cada momento que passa há uma surpresa, mas uma surpresa desagradável!

Onde se mexe, onde se vai atrás, encontra-se problemas seríssimos de má gestão. Quem não era mau gestor era mal intencionado, e o que não era mal intencionado era corrupto. Todo mundo está sabendo disso aí.

Quanto à questão do golpe — eu sou do Rio Grande do Sul, de Caxias do Sul —, imaginem um golpe em que a Presidenta Dilma, afastada, tem um palacete para morar, doze pessoas que ficam a sua volta, pagas com dinheiro público! Ela convoca a imprensa a hora que ela bem entende, para falar o que ela bem entende. Inclusive, até agora, em relação à imprensa internacional, só quem está dando moral a ela são os bolivarianos. Ao mesmo tempo, pega um jatinho da Força Aérea, vai ao Rio Grande do Sul, volta, tudo com dinheiro público. E ainda vêm dizer que é golpe!

Os petistas e os partidos que são derivados do Partido dos Trabalhadores — há uns fingem que não são PT, mas são PT, só mudaram de sigla — estão dizendo que é golpe. Isso é uma ofensa ao Supremo Tribunal Federal, ao Ministério Público Federal e à Polícia Federal.

Eu participei de todas as Comissões na Câmara e no Senado. No Senado, a democracia ainda foi mais ampla do que na Câmara Federal. Lá, todos tiveram o direito de falar duas, três vezes. Eu enjoei de ver a cara de José Eduardo Cardozo de tanto que ele falou. Então, a democracia prevaleceu. A votação começou às 16 horas. O Presidente Renan Calheiros terminou a sessão às 7 da manhã. Todos tiveram direito a fazer questão de ordem.

Eu fico preocupado de ver Deputados, pessoas sérias do Partido dos Trabalhadores, engolirem o que José Eduardo Cardozo está tentando colocar na cabeça deles. Não é golpe. É tudo constitucional; é tudo muito correto. Nós temos que respeitar o Supremo Tribunal Federal e o Ministério Público Federal.

Não se esqueçam de que quem disse que, se não fosse o ex-Presidente Lula, não existiria mensalão, nem petrolão não foi nenhum Deputado, foi Rodrigo Janot, o nosso Procurador-Geral da República, há 10 dias. Ele disse que não existiria essa corrupção que saqueou o nosso País.



O País hoje está sem moral lá fora. As nossas instituições estão fortalecidas, mas o nosso patrimônio foi simplesmente dilapidado por essa quadrilha que desgovernou o Brasil.

Quero parabenizar todos os Deputados que estão aqui fazendo um trabalho sério. Nós temos que olhar para frente, pensar no melhor para o povo brasileiro. Não podemos fazer o que alguns membros do Partido dos Trabalhadores estão fazendo: bloqueando o nosso trabalho na Câmara e, ao mesmo tempo, falando mal e nos criticando. Eles não olham o que fizeram.

Quero agradecer o espaço, Presidente Pedro Fernandes. Eu não sou membro desta Comissão, mas V.Exa. nos deu esse direito. É a democracia desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Obrigado, Deputado.

Eu vou passar a palavra ao último inscrito, Deputado Rubens Bueno, para nós entrarmos na Ordem do Dia. Há requerimentos para serem aprovados.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sr. Presidente, quero apenas registrar é lamentável que o convidado não vá responder as perguntas. Eu sou um dos autores da sua convocação, junto com os Deputados Carlos Sampaio, Arnaldo Faria de Sá, Izalci, Joaquim Passarinho, Altineu Côrtes e Alexandre Baldy.

Gostaríamos que quem fosse convidado ou convocado para vir aqui viesse nos ajudar, no melhor sentido, para que o País saia da situação em que se encontra. A gravidade é tamanha que nós estamos vendo o País com dificuldades cada vez maiores, não só com relação a desemprego, a empresas que estão quebrando, fechando, mas também com relação ao desvio de bilhões de reais, coisa nunca vista na história do País.

Aqui está o Sr. Mauro, da empresa Marcondes & Mautoni, que ofereceu inclusive dinheiro ao filho do ex-Presidente Lula com o objetivo não só de ter presença na edição de medidas provisórias, mas também para fazer *lobby* junto ao CARF para não pagar impostos, especialmente junto à CAO, que foi o motivo do nosso requerimento. Lamento; é muito triste isso.

Tem que ser dado todo o apoio à Polícia Federal, à Receita Federal. Todos têm que contribuir para que o País saia da grave situação em que se encontra, levado pela organização criminosa conhecida como Partido dos Trabalhadores.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Obrigado, Deputado.

Eu vou dispensar a presença do depoente, agradecendo-o, mas lamentando profundamente que não tenha havido colaboração com o Brasil nesse sentido.

Voltemos ao item 2 da pauta.

Informo aos Srs. Parlamentares que estão disponíveis cópias da ata da 14ª reunião ordinária da Comissão, ocorrida em 10 de maio de 2006.

Indago ao Plenário se há necessidade de leitura da ata.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Peço a dispensa, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - A ata deixa de ser lida em razão de pedido de dispensa do Deputado Izalci.

Em discussão a ata. (*Pausa.*)

Não havendo quem a queira discutir, coloco-a em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada.

Item 5.

Deliberação de requerimentos.

Há sobre a mesa requerimento para que seja incluído na Ordem do Dia, com base no Regimento Interno, para apreciação imediata, o Requerimento nº 266, de 2016, que requer a oitiva do Sr. André Gerdau, de autoria do Deputado Ivan Valente.

A votação do requerimento de inclusão na pauta será nominal.

Deputado Ivan Valente, V.Exa. tem a palavra para encaminhar o seu requerimento.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, eu recolhi as assinaturas necessárias, naquele momento, inclusive, em que a CPI ainda não tinha atingido o quórum regimental. A CPI está num momento muito delicado. Inclusive com a negativa de diversos convocados de falar — os *habeas corpus* têm sido constantes —, o que, de alguma forma, paralisa os trabalhos da CPI.

Esses são lobistas, intermediários, advogados, Conselheiros do CARF, e assim por diante, mas os empresários nós ainda não conseguimos trazer a esta CPI para serem ouvidos.



No caso do Sr. André Gerdau, eu acho que houve uma escalada. Nós já discutimos esse problema aqui. Eu acho que está na hora de nós ouvirmos o empresário.

Trata-se aqui de discutirmos a possível sonegação de R\$ 1,5 bilhão. E os jornais de hoje noticiam que a Polícia Federal indiciou o empresário André Gerdau e mais 18 por corrupção na Operação Zelotes. Mas não dizem quem são esses outros 18. Executivos, possivelmente.

Quero lembrar também que o Sr. André Gerdau é acusado de usar as empresas para dissimular pagamentos a Conselheiros do CARF e que ele já teve condução coercitiva autorizada pela Justiça para depor na Operação Zelotes. É um grande empresário, mas a acusação é séria, e a abertura de inquérito, agora, Sr. Presidente, o indiciamento, eu acho que é uma questão importante. Eu acho que a CPI não pode deixar de ouvi-lo. E eu acho que este é o momento. Nós temos que aproveitar o momento, a oportunidade.

Então, eu peço a aprovação do requerimento extrapauta para nós votarmos hoje prioritariamente a matéria.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Heráclito Fortes para encaminhar.

O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES - Sr. Presidente, eu, inclusive, assinei o pedido de apoio ao requerimento do Deputado Ivan Valente. Só que, neste momento, acho a aprovação inoportuna, por vários motivos. Nós precisamos ouvir antes o Delegado. Nós precisamos de mais detalhes do porquê desse indiciamento.

De forma que eu peço aos companheiros que compreendam e encaminhem pela derrota do requerimento hoje, dando ao Deputado Ivan Valente a oportunidade de encaminhá-lo posteriormente, após ouvirmos o Delegado de Polícia, o que comanda o inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Com a palavra o Deputado Marcus Pestana.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Já foi discutida aqui detalhadamente a questão do rigor metodológico e da necessidade de uma



estratégia clara de investigação transparente e criteriosa. Acho, em complemento ao que disse o Deputado Heráclito Fortes, que é essencial marcarmos rapidamente com o Procurador que esteve conosco e com o Delegado, porque, nesse caso específico, dentro do rigor metodológico e da preocupação com o cuidado de separar o joio do trigo, sem blindar ninguém e sem abrir espaço para especulações, que têm repercussões seríssimas, porque, quando vieram aqui o Delegado e o Procurador, o procurador disse que a Gerdau estava envolvida — expressão dele — na quarta camada. Não há decisão do CARF favorável à Gerdau, que é uma grande empresa, presente em 14 países e com ações negociadas em bolsa em Nova Iorque, Madri e Brasil. Ontem as ações já caíram 6%. O Brasil já está em frangalhos.

Nós temos que ser muito rigorosos. Mas é gravíssimo... Se houve indiciamento, nós temos que saber as razões, porque não há decisão favorável à Gerdau no CARF, não há pagamento feito. O escritório que operou inicialmente foi... O contrato foi revogado quando a Gerdau descobriu que na quarta camada haveria comunicação com um esquema criminoso.

Então, eu não tenho nenhum problema em convocar o empresário, mas com o rigor de antes sabermos quais são os fatos novos que levaram ao seu indiciamento, porque não se pode banalizar o instituto do indiciamento. Então, nós temos que saber do Delegado, como disse o Deputado Jorge Solla, quais foram as razões e quais são os outros nomes, porque isso não foi dito no dia em que o Delegado esteve aqui.

Então, é no sentido do adiamento que eu acompanho a posição do Deputado Heráclito Fortes, não no sentido de evitar uma convocação futura, mas de fazê-lo com critério, com rigor, com elementos concretos, com substância e com evidências muito concretas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Deputado Marcus Pestana, eu quero sugerir ao Plenário que amanhã à tarde nós façamos uma reunião interna para definirmos alguns critérios, para a qual eu convocarei todos os senhores, se concordarem.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Mas, independentemente disso, não teria como V.Exa. contatar... Não precisa ser uma convocação. Eu acho que podemos ir, em grupo, ao delegado...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Mas, na reunião interna, eu tenho informações...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Não, sem excluir a reunião interna.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sim, mas eu acho urgente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Mas nessa reunião interna eu posso passar algumas informações.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Está bem.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, peço a palavra apenas para esclarecer ao Deputado Marcus Pestana que não é verdade que... A PF identificou diversas decisões do CARF favoráveis à Gerdau. Não é real a afirmação de que não foram identificadas decisões do CARF favoráveis à Gerdau.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - O que nós vamos votar é a inclusão em pauta do requerimento. Está certo? Não é o requerimento.

Com a palavra o Deputado Carlos Melles.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - Eu concordo com o Deputado Ivan Valente, mas quero fazer coro com os Deputados Heráclito Fortes e Marcus Pestana. Eu acho ainda intempestivo, dada a notícia de que há mais 18 envolvidos e a audiência fechada que tivemos aqui com o CARF, ou seja, até então não havia nenhuma sinalização de irregularidade.

Portanto, eu acho que a Comissão tem a responsabilidade de ver isso melhor e esclarecer antes.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Obrigado.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Presidente, eu gostaria de participar dessa reunião, até para nós fazermos alguns ajustes internos. Mas, infelizmente, amanhã eu não estarei aqui no Congresso Nacional. Então, eu gostaria de pedir o adiamento dessa decisão, com todo respeito ao Deputado Marcus Pestana, que a sugeriu. Eu gostaria, como Relator, de participar dessa reunião, Deputado Heráclito Fortes.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Também não. Esta semana eu estarei fora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Então vamos votar.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É que a votação é nominal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Em votação o requerimento de inclusão da matéria na Ordem do Dia. A votação será nominal. Os senhores podem usar já o painel.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu posso orientar o voto, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Orientar?

Nós vamos aguardar por 10 minutos a votação.

O SR. DEPUTADO IZALCI - São 10 minutos para ele fazer a defesa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Não, são 10 minutos para o período de votação. São 12h19min. Quando forem 12h29min eu vou encerrar a votação. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, quem é a favor do requerimento vota “sim”, quem é contra vota “não”. É essa a orientação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Para incluir na pauta, vota “sim”.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Para não incluir na pauta, vota “não”. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - É “não” para ouvirmos antes a Polícia Federal...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Não, é a questão da inclusão da pauta.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Isso. É só para deixar clara a argumentação, não é contra uma possível convocação no futuro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Isso. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Pois não.



O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Eu dou uma sugestão a V.Exa.: nas próximas audiências desta CPI, se pudéssemos inverter a pauta e votar primeiro os requerimentos para depois fazermos as oitivas, eu acho que nós...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - O problema foi o quórum.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Porque no fim sempre há aí a ausência para votarmos os requerimentos e ficamos aguardando. Então, acho que o quórum no início da reunião é sempre maior. Eu sugiro a V.Exa. que inverta — não hoje, mas nas próximas reuniões — a ordem para que as deliberações se deem no início das reuniões e depois sejam feitas as oitivas. É uma sugestão que eu faço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - O.k., Deputado. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - Sr. Presidente, é muito raro eu votar com o Deputado Ivan Valente, mas é o que estou fazendo agora, até porque o requerimento não fixa data. Nós poderíamos deixar convocado o empresário, com o entendimento de que primeiro ouviríamos o Delegado e depois o indiciado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Não, ele entra na pauta e nós vamos...

O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - Pois é, por isso eu votei a favor. Concordo com a tese de ouvirmos o Delegado primeiro, mas não vejo por que não incluirmos o requerimento na pauta. Eu faço esse registro porque é tão difícil votarmos com o Deputado Ivan Valente, e hoje o estamos acompanhando.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Obrigado, Deputado Joaquim Passarinho. É um voto absolutamente correto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Mas tudo tem a sua primeira vez, não é? *(Riso.)*

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Está se mostrando muito difícil trazer empresário aqui! É só votarmos um requerimento de inclusão na pauta e depois votamos o mérito para então acordarmos a data.

Podemos chamar o Delegado antes, não tenho nenhuma restrição a isso.

O Deputado Izalci vai votar a favor também.



(Pausa prolongada.)

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Qual é o quórum, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - O quórum é 15.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Vamos votar, pessoal!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Falta 1 minuto. *(Pausa.)*

Declaro encerrada a votação.

Peço que seja exibido o resultado no painel. *(Pausa.)*

Votaram 13 Deputados. Não há quórum para deliberação.

Assim sendo, agradeço a presença dos Srs. Parlamentares e dos demais presentes.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente reunião, antes convocando nova reunião para quinta-feira, dia 19 de maio, às 9h30min, no Plenário 7.